



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 4/2023
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 30-06-2023**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 4 da Sessão Ordinária de 30-06-2023

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA - 30 de junho de 2023-----

INICIO - Quinze horas e quinze minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira.....PS

1ª SECRETÁRIA - Ana Margarida Pinto da Cunha.....PS

2ª SECRETÁRIA - Júlio César da Costa Loureiro.....PS

MEMBROS - Paulo Henrique Nisa MarianoFAP

Francisco Nuno Costa de Melo BiscaiaPS

Edgar José Pedrosa GonçalvesFAP

Mafalda Reis de AzevedoPS

Teotónio Paulo de Jesus CavacoPSD

José Augusto Fernandes MateusFAP

Maria Isabel Cardoso Guardão TavaresPS

Isabel Cristina Guerreiro Pimentel MaiaFAP

Victor Manuel dos Santos MadalenoPS

Joaquim Francisco da Silva PereiraFAP

Célia Maria da Silva MoraesPS

Manuel Fernando Rascão MarquesPSD

José António Borges LigeiroFAP

José Manuel Cunha CarvãoPS

Gonçalo Raposeiro FariaFAP

Inês Figueira CardosoPS

Micaela Miranda DurãesFAP

António José Mendes da Fonseca Marques AntunesPS

Adélia Maria Ramos BatataPSD

Carlos Miguel da Silva MargatoFAP

Silvina da Silva Fonseca Anadio de QueirozCDU

Gonçalo Andrade de OliveiraFAP

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da SilvaPS

(Alqueidão) Clarisse da Silva Ferreira OliveiraPS

(Bom Sucesso) Carlos das Neves BatataPS

(Buarcos e São Julião) Rosa Maria Martins Ferreira BaptistaFAP

(Ferreira-a-Nova) Susana Maria Rodrigues Oliveira MonteiroPS



(Lavos)	José Coelho Henriques da Silva	PS
(Maiorca)	Rui Pedro Pinto Ferreira	PS
(Marinha das Ondas)	José Alberto Jordão Suzana	PS
(Moinhos da Gândara)	Gilberto Fajardo Oliveira	PSD
(Paião)	Graça Maria Carvalho de Oliveira	FAP
(Quiaios)	Ricardo Manuel Rodrigues Santos	PS
(São Pedro)	Jorge Aniceto Pimentel dos Santos	PS
(Tavarede)	Fernando António Martins Lopes	PS
(Vila Verde)	Vítor Manuel Gonçalves Alemão	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

COMUNICAÇÃO DE AUSÊNCIAS

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal, José Fernando Guedes Correia, Rosa Maria da Costa Reis, David Manuel Fajardo Azenha, António Graça Lapão, e José Alberto da Silva Carvalho.-----

SUBSTITUIÇÕES

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal por Inês Figueira Cardoso, José Fernando Guedes Correia por António José Mendes da Fonseca Marques Antunes, Rosa Maria da Costa Reis por Ana Cláudia Vidal Tomé, David Manuel Fajardo Azenha por Carlos Miguel da Silva Margato, António Graça Lapão por Gonçalo Andrade de Oliveira, e José Alberto da Silva Carvalho por Graça Maria Carvalho de Oliveira.-----

FALTAS JUSTIFICADAS

Ana Cláudia Vidal Tomé e Pedro Miguel da Silva Ribeiro Jorge.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIA DE 25 DE ABRIL E ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL, AMBAS DE 2023

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco para aprovação as atas das sessões extraordinária de 25 de abril e ordinária de 28 de abril, ambas de 2023.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia e Clarisse Silva Oliveira, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Ana Cláudia Tomé, e do Bloco de Esquerda, Pedro Miguel Jorge, deliberou:-----

1 - por maioria, com trinta votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Coligação Democrática Unitária, sete abstenções dos membros do Partido Socialista, Inês Figueira Cardoso, António Marques Antunes e José Cunha Carvão, do Grupo de Cidadãos



Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, Carlos Silva Margato e Graça Carvalho Oliveira, e do Partido Social Democrata, Teotónio Jesus Cavaco, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 25 de abril de 2023;-----

2 - por maioria, com trinta e um votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Coligação Democrática Unitária, seis abstenções dos membros do Partido Socialista, Inês Figueira Cardoso e António Marques Antunes, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, Carlos Silva Margato e José Augusto Mateus, e do Partido Social Democrata, Teotónio Jesus Cavaco, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2023.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

1.2 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

O **SEGUNDO SECRETÁRIO** deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

"- Convites de algumas coletividades para aniversários e eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar.-----

- Convites do Presidente da Câmara para o (a):-----

- Assinatura do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, no âmbito da realização da Super Special Stage, do WRC Vodafone Rally de Portugal 2023-----

- Cerimónia de Batismo do Barco Elétrico Carlos Simão-----

- Cerimónia de Assinatura do Contrato de Comodato entre o Município da Figueira da Foz e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, para cedência do prédio urbano designado por «Casa da Criança Infanta D. Maria», conhecido como Ninho dos Passarinhos-----

- Comemorações do Dia Mundial do Ambiente no Jardim Polinizador-----

- Inauguração da Exposição «O Mar é a nossa Terra»-----

- Inauguração da Feira das Freguesias-----

- Desfile das Marchas Populares-----

- Sessão Solene Comemorativa do Dia da Cidade e entrega de Distinções Honoríficas

- Sessão de apresentação dos contratos de empreitada que vão possibilitar a reabilitação interior de 145 fogos, em três bairros sociais-----

Convites de:-----

- Maxfinance Âncora (empresa de Intermediação de Crédito), para a inauguração da



- sua agência na Figueira da Foz-----
- Associação Portuguesa de Profissionais de Juventude para uma Conferência sobre Políticas e Programas de Promoção de Bem-estar e Saúde Mental nos Jovens-----
 - Turismo de Portugal para apresentação da «Agenda do Turismo para o Interior»--
 - Institución Ferial de Castilla y León para a 26.ª Feira Internacional do Turismo de Interior - Valladolid-----
 - Rotary Club da Figueira da Foz para a palestra do anterior Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), Almirante Silva Ribeiro, com o tema «Desafios marítimos de Portugal»-----
 - Luís Negrão e Família para a inauguração da exposição «IMPRESSÃO DOCUMENTAL - Obras da Coleção Luís Negrão e Família»-----
 - Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa para a inauguração de exposição Bienal Prémio Mário Silva e entrega do prémio Mário Silva-----
 - Freguesia de Quiaios para a abertura do «II Festival Internacional de Papagaios de Quiaios»-----
 - Freguesia de Tavarede para a 507.ª Comemoração do Dia de Tavarede-----
 - Secretaria do Conservatório de Música David de Sousa para um concerto da ETOS Vocal Ensemble na Igreja Matriz-----
 - Casa do Povo de Quiaios para um concerto da Filarmónica Quiaense e o cantor FF (Fernando Fernandes) -----
 - Freguesia de Alhadas para a «VII edição da Matança do Porco»-----
 - Conselho de Moradores da Borda do Campo para o «XXXVII Festival de Folclore da Borda do Campo»-----
 - Associação Bodyboard Foz Mondego «Press Release-2.ª Etapa do Circuito Nacional de Bodyboard Crédito Agrícola/2023-----
 - Pateo das Galinhas - Grupo Experimental de Teatro da Figueira da Foz para a apresentação do espetáculo «Teatro de Guerra»-----
 - Magenta para a exposição de trabalhos dos alunos do curso de Artes da Escola Secundária Joaquim de Carvalho, da Figueira da Foz-----
 - Freguesia de Moinhos da Gândara para um Encontro com Escritora Helena Roso-----
 - Associação Bodyboard Foz Mondego «Press Release- 2ª etapa Circuito Regional do Norte-Nazaré»-----
 - EmCantos - Associação de Inovação e Tradições para o espetáculo Cantigas de Maio 2023-----
 - Freguesia de Marinha das Ondas para a inauguração da Exposição Expoondas-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 4 da Sessão Ordinária de 30-06-2023

- Freguesia de Quiaios para a abertura oficial do Street Food Festival 2023-----
- Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa para a Inauguração da exposição de pintura e escultura «Camiño de Cores desde Galícia»-----
- Associação Bodyboard Foz Mondego «Press Release- 3.ª etapa do Circuito Regional de Bodyboard do Sul»-----
- Espetáculo de Irina Costa «Coco Viva a Família!»-----
- Associação Bodyboard Foz Mondego «Press Release- Open day de Bodyboard»-----
- Figueira Sabor a Mar para a apresentação do Festival Gastronómico das «Caldeiradas»-----
- Freguesia de Moinhos da Gândara para a «9.ª Edição dos Trilhos Moinhos da Gândara»-----
- Figueira Sabor a Mar para o Workshop «Como Atrair e Reter Talentos na Restauração»-----
- Sociedade Boa União Alhadense para o «VII Encontro de Grupos de Música Popular Portuguesa»-----
- Magenta para a Inauguração de Exposição de Arte em parceria a Associação Internacional ArtcomExpo, sediada na Noruega-----
- Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora das Ondas/2023 para os Festejos Anuais em Honra de Nossa Senhora das Ondas-----
- Secretaria do Conservatório de Música David Sousa para o espetáculo «Coco»-----
- Secretaria do Conservatório de Música David Sousa para o espetáculo «Volta a Portugal»-----
- Comissão de Festas de Santo Isidro para os festejos da Cova da Serpe-----
- Magenta para a Inauguração da exposição «Harmonias»-----
- Os Promotores Eurico Gonçalves e Micaela Durães para o evento Intercultural Surf for Kids-----
- Comissão de Festividades de São Pedro/Cova-Gala para as Festas em honra de São Pedro-----
- Grupo do Apostolado do Mar para a Festa em honra de São Pedro, em Buarcos-----
- Casa do Povo de Quiaios para o espetáculo musical da «Big Band do Conservatório de Música David de Sousa».-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à cidadã Graça Cruz Marques.-----

GRAÇA CRUZ MARQUES: "Eu já cá estive em setembro, numa reunião de Câmara, a dar conhecimento do que se está a passar no prédio onde habito, sito na Praceta D.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 4 da Sessão Ordinária de 30-06-2023

Manuel I.-----
Agora, estou na Assembleia Municipal, para vos dizer que o condomínio não vai isolar o terraço, e assim sendo, eu não posso fazer obras na minha casa, que tem infiltrações graves já lá vão sete anos ou mais.-----
Marquei uma reunião com o Eng.º Cristóvão, que está a par da situação, já tenho a vistoria há uns anos, e nunca mais se resolve o problema de vez.-----
E isto já se arrasta, tal como referi, há anos!-----
Também existe uma antena em cima do prédio que o está a desestruturar por causa do peso. Há água nos elevadores, há problemas de aprumada e infiltrações e não se faz nada! Escreve-se para a estação de telecomunicações responsável pela antena e, também, não se obtém qualquer resposta!-----
Por isso, venho solicitar que alguém faça alguma coisa, porque a continuar assim, não posso habitar a casa, nem alugá-la ou tão pouco vendê-la.-----
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Anabela Tabaçó, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----
VEREADORA ANABELA TABAÇÓ: "O Presidente da Câmara já teve ocasião de lá ir também verificar a situação. Trata-se, claramente, de um problema de condomínio, segundo as informações que tenho.-----
Portanto, nós, em termos do Município, não conseguimos interferir nesta área. Os condóminos têm de fazer pressão junto do condomínio, para que este resolva a situação.-----
É um problema que todos vós tendes com o condomínio e que terão de resolver juntos, porque a Câmara Municipal não pode interferir."-----
A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à cidadã Tânia Silva.-----
TÂNIA SILVA: "Chamo-me Tânia Silva e sou mãe de uma criança autista com cinco anos de idade.-----
No mês de fevereiro, infelizmente, o meu filho foi vítima de uma agressão física e alimentar por duas funcionárias da empresa Gertal. As duas resolveram: uma segurar os braços do meu filho, prendê-lo posicionando-lhe a cabeça para trás, para que a outra introduzisse a sopa na boca.-----
Tanto elas como toda a gente e todo o Agrupamento sabem que o meu filho tem seletividade alimentar extrema, come apenas cinco alimentos, e isso está escrito na ficha dele.-----
Portanto, este ano resolveram dar-lhe a sopa, algo que ele não consegue comer



porque também tem hipersensibilidade sensorial, e resolveram-no fazer desta forma. Chegou aos meus ouvidos que uma funcionária tentou impedir esse ato, mas foi surpreendida porque as duas funcionárias simplesmente falaram que como ele está em Portugal, ele também tem de se acostumar com os hábitos alimentares dos portugueses.-----

Isso, para mim, é extremamente difícil de falar e de estar aqui presente perante vocês, pois desde que essa agressão aconteceu tentaram de todas as formas coagir-nos para que a Câmara nunca soubesse sobre a agressão.-----

Eu costumo partilhar numa plataforma da Internet todos os apoios que o meu filho vem recebendo na escola, a forma como a escola trata as crianças com necessidades especiais e, hoje, após ter feito este relato na Internet, várias outras mães entraram em contacto alegando que isto é um ato que ocorre em diversas escolas desta região.-----

Infelizmente, não sei se é possível um recurso a vigilância, onde as pessoas e a Câmara possam ver e estar perto, vigiando estas situações, escutando os pais e as mães, escutando as escolas, pois isto, de facto, acontece e não chega aos vossos ouvidos.-----

O que me disseram foi «quanto menos problemas as pessoas, os infantários e as escolas tiverem com a Câmara Municipal, tanto melhor».-----

Eu não sei se estes factos chegaram aos ouvidos de todos, mas uma Vereadora entrou em contacto comigo recentemente. Conversámos, eu contei e expliquei toda a situação, o que foi feito por parte do Agrupamento de Escolas e referi que, infelizmente, essas agressoras não sofreram nenhum tipo de punição, continuando no Infantário de Buarcos a dar os alimentos às crianças!!!-----

Essas pessoas não têm nenhum tipo de formação. Há muitas pessoas em diversas escolas aqui da região, que nunca receberam formação adequada para lidar com crianças com necessidades especiais, isso incluindo professoras, auxiliares e tudo o mais.-----

Por favor, peço-vos que façam essas intervenções nas escolas. Procurem saber quantas crianças são agredidas diariamente nas escolas. Isso não acontece só na Figueira da Foz, basta abrir os noticiários e os casos ocorrem por todo o Portugal. Não é um problema de Portugal, é o problema de as pessoas não aceitarem pessoas diferentes!-----

Então, eu peço encarecidamente que olhem para essas crianças, porque são o futuro do país de vocês. Não queiram ensinar que a violência é a forma correta de se



alimentar, de se educar, de ensinar que ao próximo o vosso filho pode bater. Porque é isso que vão gerar nas crianças: frustrações, agressões presentes e, cada vez mais, crianças frustradas, escondidas em seus lugares sem poderem comunicar com o pai e com a mãe porque têm medo de algum tipo de represália da parte das educadoras e auxiliares.-----

Olhem pelas pessoas que estão diariamente nas escolas cuidando dos nossos filhos, que entram cedo e saem tarde - são as auxiliares de uma empresa que assegura o Prolongamento de Horários.-----

Vocês necessitam de mão de obra e essas pessoas estão lá. Contratem-nas! Elas conhecem os nossos filhos, sabem as suas dificuldades e conseguem lidar quando uma criança está chorando porque tem saudades da mãe, ou está chorando porque está em crise sensorial ou neural devido a um qualquer tipo de situação. Se vocês querem mão de obra, lá vocês têm. Contratem-nas!-----

E se têm pessoas que não estão qualificadas para exercer funções no âmbito escolar, por favor, profissionalizem-nas. Deem formação, façam com que o que aconteceu com o meu filho não seja mais repetido na escola.-----

Eu não estou falando apenas de crianças com três, quatro, cinco anos, falo de crianças até aos dez anos que sofrem esse tipo de agressão diariamente nas escolas e, infelizmente, isso nunca vai chegar a vocês. As escolas ausentam-se das agressões que lá ocorrem, culpando apenas a empresa que lá serve as refeições.-- Em meu entender, todos são culpados, porque mesmo vendo uma criança sofrendo agressão, ninguém fez nada pelo meu filho!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Brás, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA OLGA BRÁS: "Segundo a mãe, esta criança teve uma ocorrência no Jardim de infância durante a hora de almoço e, só passadas duas semanas, ela deu nota da mesma ao Serviço de Educação do Município.-----

Este Serviço de Educação logo no dia útil seguinte ao conhecimento da situação mostrou-se disponível e reuniu com os pais para terem conhecimento real do acontecido.-----

E demonstrou-se que, realmente, na ficha de inscrição para as refeições relativas ao ano letivo 2022/2023 não havia qualquer indicação de necessidade de dietas a alergias alimentares ou adequação de ementas em vigor. Neste sentido, foi solicitado aos pais indicação de quais as aversões ou comportamentos alimentares da criança, para se transmitirem essas informações à Gertal, empresa que serve e



acompanha as refeições, tendo em vista proceder a eventuais alterações face à informação recolhida. Nesse mesmo dia, transmitiu-se a informação às funcionárias da Gertal no seu local de trabalho.-----

Solicitou-se, de imediato, ao Agrupamento de Escolas Figueira Mar que as terapeutas a exercer funções no Jardim de Infância formassem as funcionárias da Gertal, no sentido de as sensibilizar para as especificidades inerentes ao espectro de autismo e, posteriormente, particularizar-se cada uma das aversões nos comportamentos alimentares de todas as crianças dessa unidade apoio.-----

Tal formação foi, efetivamente, realizada a 31 de Março.-----

Tendo em conta a seletividade alimentar da criança, transmitida pelos pais na reunião, solicitou-se à empresa Gertal que a fração proteica da refeição fosse separada da fração de hidratos de carbono, para facilitar a sua ingestão alimentar. Ainda antes desta ocorrência, o Município já tinha autorizado a colocação de mais uma funcionária da Gertal, para além do previsto em Caderno de Encargos, para acompanhamento das crianças com o espectro de autismo, a qual foi efetivamente afetada.-----

De referir igualmente que a Direção do Agrupamento de Escolas Figueira Mar, além da supervisão que já é assegurada pelas educadoras no início da refeição, solicitou que uma das auxiliares de educação afetas a esta unidade de apoio acompanhasse sempre o período inicial da refeição.-----

Eu tive a oportunidade de conversar com a cidadã Tânia Silva esta semana. A criança, entretanto, vai para a Unidade do Serrado e eu já falei com o Diretor do Agrupamento pedindo-lhe para ter uma assistente operacional em permanência dada a condição da criança.-----

Neste momento, é o que me apraz dizer e acrescentar que o Município tem estado sempre atento a estas e a outras situações por forma a resolver este tipo de problemas.-----

Eu própria também falei com algumas funcionárias da Gertal e elas negaram este tipo de atitude.-----

O que eu lhe posso dizer é que, no próximo ano, o seu filho vai para o Serrado e eu já diligenciei os bons ofícios para o seu filho ter uma assistente operacional com formação em regime de permanência. Vou acompanhar pessoalmente a integração do Cauã no Serrado e quero que nós tenhamos os canais de comunicação abertos relativamente a qualquer constrangimento que possa ocorrer."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Célia Silva Moraes.-



CÉLIA SILVA MORAIS: "Relativamente à questão colocada aqui pela cidadã Tânia Silva, é ótimo que haja alguma preocupação em termos individuais relativamente à criança, mas é evidente que isto é um problema que tem de ser visto no conjunto.-----
As questões do autismo e de outras problemáticas têm de ser acompanhadas desde sempre e não é apenas uma funcionária que resolve o problema."-----
A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao cidadão Luis Carvalheiro Ferraz.-----

LUIS CARVALHEIRO FERRAZ: "Dia 08 de março do corrente ano foi aprovado em reunião de Câmara o projeto de Regulamento da Taxa Turística do Município da Figueira da Foz e decidido submetê-lo a consulta pública.-----

Começo por duas questões prévias.-----
No dia 21 de abril de 2022 foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, Parte H o «Regulamento do Conselho Municipal de Turismo da Figueira da Foz». Consta no seu art.º 3.º - Natureza - 1 - O Conselho Municipal de Turismo da Figueira da Foz, sedado nos Paços do Concelho do Município, é um órgão consultivo e de estudo, a nível municipal, no domínio das políticas do turismo de âmbito concelhio, participando designadamente na elaboração de planos, regulamentos municipais relativos a estas matérias e pronunciando-se ainda sobre os demais assuntos que a Câmara Municipal entenda submeter-lhe.-----

Porque não foi o Conselho Municipal de Turismo ouvido se é de um Regulamento Municipal referente ao turismo que se trata?-----

Segunda questão - tendo sido reconhecido mérito às propostas apresentadas, foram as mesmas ignoradas, tendo sido aprovado o Regulamento sem qualquer alteração.--

Para quê a consulta pública? Só para demonstrar «que foram cumpridas todas as formalidades impostas pelo Código do Procedimento Administrativo», como é referido na Informação Técnica/Parecer? Quere-nos parecer que sim!-----

Tal como referido na proposta de alterações apresentada, consideramos a relevância da Taxa Turística. Não podemos, no entanto, deixar de apresentar algumas questões e incorreções tanto do regulamento como da análise custo/benefício.-----

Do art.º 4.º do Regulamento, como apresentado na nossa proposta de alterações - a aplicação de uma taxa de valor único, independentemente do custo efetivo da dormida, produz um desequilíbrio acentuado em relação à tipologia dos alojamentos/custo da dormida.-----

Por exemplo, nos Hotéis de 4* ou 5* onde os preços médios por noite rondam os 60,00 € nos meses de outubro a março e os 120,00 € nos meses de abril a setembro,



a Taxa Turística Municipal de 02,00 € ou 01,50 € terá um peso percentual aproximado de 2,5% e inferior a 2%, conforme o período a que se refere. Já nos hostels com os valores médios de 15,00 € ou 20,00 € conforme a época, as taxas propostas representam um esforço acrescido de 10% ou mesmo mais. Temos assim uma taxa que beneficia claramente quem mais paga.-----

Propusemos, assim, uma nova redação para o artigo em análise: «1-A Taxa Turística reveste a modalidade de taxa de dormida com o valor correspondente a 2% do valor pago pela dormida.»-----

Art.º 5.º - Incidência Objetiva - como muito bem refere o Vereador Ricardo Pedrosa Silva a «(...) taxa turística deve abranger o estacionamento de autocaravanas (...)».-

Art.º 7.º - Isenções da Taxa - no n.º 1 da Análise Custo/Benefício é referido que «(...) (a taxa turística) permite operar uma repartição de encargos entre os beneficiários diretos, os Turistas, e o Município»-----

Mas só é concedida isenção aos portadores de deficiência, com incapacidade igual ou superior a 60%. Será que quem vem e quem o acompanha, a uma consulta médica ou intervenção cirúrgica, é um turista? Será que vamos ter o Município a pagar taxa a si próprio? Será que quem vem ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras vem em turismo? Será que vamos cobrar taxa turística a quem vem a um Congresso ou a um qualquer evento desportivo, eventualmente patrocinado pelo Município? E quem vai pagar o aumento do custo de uma obra porque os trabalhadores que estão alojados no nosso Concelho têm de pagar taxa turística?-----

Só para dar uma ideia, se tivermos quatro trabalhadores durante um mês numa obra o custo será de 96,00 € ou 128,00 €, com os valores propostos e considerando que os referidos trabalhadores têm direito a fim de semana em suas casas e estão alojados de segunda a sexta-feira.-----

Art.º 8.º - Liquidação e Cobrança da Taxa Turística - sabemos que há quem ache pouco, mas porquê cobrar ao Município 2,5% das taxas cobradas? Será que vamos também cobrar ao Estado uma taxa pela cobrança do Imposto sobre o Valor Acrescentado?-----

Creemos que seria mais benéfico para todos, empresários e turistas se, em forma de compensação pelo pagamento da taxa, fossem oferecidos aos hóspedes vales oferta de entrada gratuita nos equipamentos municipais.-----

Art.º 9.º - Entrega da Taxa Turística - a manter-se esta taxa não nos parece que a mesma deva ser paga sem que os serviços da Câmara Municipal emitam a respetiva fatura. No ponto quatro é indicado que «Os valores cobrados (...) devem ser entregues



ao Município no prazo de quinze (15) dias após a comunicação nos termos dos números anteriores ou da data em que o Município disponibilize a respetiva fatura...».----

Uma última questão em relação ao Regulamento: muitas reservas foram já efetuadas sem que quem as fez tivesse conhecimento da existência da Taxa Turística. Vamos alterar as regras a meio do jogo ou vamos dispensar estes hóspedes do pagamento? Passamos agora à análise Custo/Benefício:-----

1 - Introdução e Enquadramento - chamamos novamente a atenção para que «(...) o Município pretende criar uma taxa turística (...) que permita operar uma repartição de encargos entre os beneficiários diretos, os turistas e o Município».-----

2 - Custos de Implementação do Regulamento - são referidos custos fornecidos pela Associação de Informática da Região Centro, embora existam outras empresas, eventualmente com custo mais baixos. Sabemos que pelos valores referidos o ajuste direto é legal, mas não seriam de considerar outros valores?-----

Chamamos aqui a atenção para a nota do quadro onde é referido que o valor comunicado em 2023, pode sofrer alterações.-----

Temos, depois, os custos com os recursos humanos, com um custo anual de 12.208,18 €.-----

E agora vem a Tabela 2 - Custos de implementação e gestão do Regulamento - se foi anteriormente assumido que o valor da manutenção pode sofrer alterações e que existem os normais aumentos de ordenado, como é possível apresentar valores iguais de 2024 a 2032?-----

3 - Benefícios da implementação do Regulamento - podemos afirmar que todos os cálculos estão incorretos. Os dados estatísticos apresentados, publicados pelo Instituto Nacional de Estatísticas e obtidos junto do Turismo Centro de Portugal são referentes a Estabelecimentos Turísticos e Alojamento Local.-----

O problema com os referidos dados, para além de não contemplarem os Parques de Campismo com mais de 4.100 lugares de dormida, é não sabermos o número exato, uma vez que do Parque de Campismo de Quiaios não encontramos registo, só se referem a alojamentos com dez ou mais camas. No Concelho da Figueira da Foz os Alojamentos disponíveis com menos de dez camas representam cerca de 20% do total disponível, mais de 2.000 camas.-----

Para além do exposto, temos na Tabela 3 uma coluna com o título «Receita máxima». Normalmente «máxima» refere-se ao valor mais elevado, mas o que aqui é apresentado é calculado com o valor médio dos anos referidos. Se fosse efetivamente pelo máximo teríamos 649.130,00 € e não os 609.301,50 € indicados.-----



Depois, são referidos vários constrangimentos, permanência, idade e isenção sem que sejam demonstradas as percentagens indicadas. Um dos constrangimentos indicados é «incumprimento por parte de alguns empresários». Embora se compreendam no primeiro ano, já os seguintes não se percebem, e a acontecerem estão sujeitos às contraordenações descritas no art.º 13.º, e deverão ser também considerados como receita líquida.-----

Na Tabela 4 - Determinação dos benefícios financeiros «e sendo que, como referido na «Introdução e Enquadramento», «O Regulamento permitirá (...) o aparecimento de novos agentes económicos neste setor, ou seja, mais empreendimentos e mais turistas», como se pode apontar como constante o valor dos benefícios financeiros a partir de 2025, mesmo sem considerarmos a natural flutuação dos movimentos turísticos?-----

Conclusão - os erros anteriormente apontados são refletidos na Tabela 5. Benefícios e custos sem alteração a partir de 2025 mantêm os benefícios líquidos inalterados, mas misteriosamente os benefícios líquidos atualizados refletem um aumento anual de 4%.-----

E finalmente a «fundamentação Económico Financeira» - para começar não percebemos porque não são apresentados os custos referentes a 2022. Depois, temos um pequeno erro, é referido o ano de 2017, mas efetivamente, na média do número de dormidas não é considerado.-----

Como já referimos anteriormente, o número de dormidas não é correto uma vez que não contempla as dormidas em parques de campismo nem em unidades de Alojamento Local com menos de dez camas. Assim sendo, o custo por dormida não é correto.---

No «quadro 5: determinação da taxa por dormida» fica claro que a determinação do coeficiente de incentivo/desincentivo foi calculado a partir do valor que se pretende cobrar.-----

O custo por dormida é apresentado como sendo o mesmo nos dois períodos de diferenciação da taxa. Será que os custos suportados com atividade turística são os mesmos nos dois períodos? Fica a dúvida...-----

Para finalizar um pequeno exercício: se considerarmos um aumento de 20% no número de dormidas, referentes às dormidas em Alojamento Local não contabilizadas e sem incluir os Parques de Campismo, teremos um custo por dormida de 4,69 €. Isto é, o coeficiente de incentivo passaria de 26,69 para 32,05% (outubro a março) e de 35,59 para 42,73% (abril a outubro). Se mantivermos os coeficientes temos uma taxa de 1,25 € (outubro a março) e 1,67 € (abril a setembro).-----



Concluindo, para que seja dada resposta a todas as questões, corrigidos os dados e feita uma análise baseada na faturação e não em dormidas, para assim se poder fazer a cobrança em percentagem, como propusemos, e não em valor fixo, vimos solicitar que o «Regulamento da Taxa Turística do Município da Figueira da Foz», que vai estar em votação nesta Assembleia Municipal, não seja aprovado.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - COMEMORAÇÕES DO 50.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Na última sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril, eu apresentei uma Moção sobre o 25 de Abril que foi aprovada por unanimidade.--- Num dos pontos propunha que deveríamos pensar com tempo numa comemoração condignas dos 50 anos da Revolução do 25 de Abril.-----

Já vamos no último dia de junho, eu sei que a Assembleia Municipal se está a mobilizar no sentido de construir um programa, mas em relação à Câmara Municipal ainda não ouvi nada.-----

Por isso mesmo, lembrava que o tempo escorre como a água entre os dedos.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ANO DE 2022 - RELATÓRIO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, FERNANDO MARTINS LOPES

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: “Da reunião do Conselho Municipal de Educação realizada no dia 07 de junho de 2023, pelas 15,00 horas, no Auditório do Museu Santos Rocha, há que dar as seguintes informações relativamente a atividades, projetos e programas que serão desenvolvidos e implementados pelo Município, no próximo ano letivo e seguintes, a saber:-----

- A Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra irá renovar as candidaturas para as equipas multidisciplinares de intervenção multinível para o combate ao insucesso escolar. Neste sentido, o Município fez um apelo aos Diretores escolares para realizarem candidaturas à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares do Centro, por forma a terem acesso aos profissionais das equipas multidisciplinares;
- Concretização dos programas de Educação Parental e Imagine.Create.Succed., cujos objetivos visam a promoção da cidadania, da inovação e do empreendedorismo;-----
- Continuidade do programa EPIS dirigido para os alunos do 1.º e 2.º ciclos;----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 4 da Sessão Ordinária de 30-06-2023

- Continuidade do Projeto Partilha com Energia, em parceria com a Energias de Portugal, S.A., cujos objetivos são a partilha de ideias, experiências e intercâmbio de alunos do ensino secundário de diferentes municípios;-----
- Continuidade dos projetos de Apoio à Família referentes a alunos do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo;-----
- Contrato Interadministrativo de delegação de competências com freguesias;-----
- Contrato de prestação de serviços com a empresa Espalha Ideias até julho de 2024;-----
- Manutenção das Atividades de Enriquecimento Curricular relativas ao 1.º ciclo;
- Contrato de prestação de serviços com a empresa Gertal para o fornecimento de refeições escolares;-----
- Investimento da Câmara Municipal na aquisição/reposição de equipamento escolar para cozinha, no ano transato no valor de 19.319,45 €;-----
- Elaboração de um acordo entre o Município e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, relativo ao desporto escolar para o fornecimento de refeições;-----
- Manutenção da distribuição diária de leite escolar, bem como a distribuição duas vezes por semana de hortícolas e bananas aos alunos do 1.º ciclo até ao final do ano letivo de 2023/2024;-----
- Previsão de intervenção nas escolas do Concelho com base no Plano de Recuperação e Resiliência-Escolar, com início no ano de 2024/2025, no valor de 10 milhões de euros para a Escola Bernardino Machado e de 16 milhões de euros para as Escolas Dr. João de Barros e Dr. Pedrosa Veríssimo;-----
- Aprovação do Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2023/2024, este foi aferido e ajustado com as necessidades que os diretores das escolas apresentaram;-----
- Aprovação da Ação Social Escolar, onde foi dada informação sobre a despesa global do Município no valor de 37.742,00 €, sendo que 13.238,05 € foram destinados aos alunos do 1.º ciclo e 24.503,95 € foram para material didático e livros do Plano Nacional de Leitura para os alunos com escalão de todos os níveis de ensino;-----
- Solicitação dos diretores escolares ao Município para disponibilizar, com a maior brevidade possível, o apoio financeiro para aquisição de materiais de consumo diário, manutenção de ginásios e salas de aula e aumento da banda larga da Internet."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



C - REGIMENTO - REGRAS DO USO DA PALAVRA NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA - TEMPOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco.

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Eu ainda sou daqueles que acha que estamos aqui em representação de quem em nós votou para fiscalizar a atividade da Câmara Municipal. É por isso que aqui estamos e era neste sentido que eu gostaria de fazer uma solicitação ao grupo municipal do Partido Socialista.-----

Nós temos um Regimento que me obriga a falar muito rápido e muito pouco. Temos um Regimento que é de um tempo que já não existe!-----

O Partido Socialista já perdeu a Câmara Municipal, já perdeu a Vereação, mas, sobretudo, já perdeu a rua.-----

Este Regimento é anacrónico, é antidemocrático, faz parte de um tempo que já não existe e, portanto, penso que deve haver humildade democrática da parte do Partido Socialista para, de uma vez por todas, colocar à disposição dos outros grupos municipais, a revisão do Regimento da Assembleia Municipal, nomeadamente no que diz respeito ao seu art.º 18 e ao seu art.º 23.º."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Edgar Pedrosa Gonçalves.-----

EDGAR PEDROSA GONÇALVES: "Senhor Presidente da Assembleia, aquela televisão colocada ali atrás com os tempos deveria estar à frente dos deputados municipais, porque temos de estar a rodar para olhar para trás e as pessoas até não se apercebem que os tempos estão a terminar.-----

Eu estou de acordo com o Partido Social Democrata. Acho que devemos realmente alterar aqui os art.ºs 18.º e 23.º do Regimento desta Assembleia Municipal, porque realmente as pessoas querem falar e ficam sem tempo, como aconteceu nitidamente hoje."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

D - ENVELHECIMENTO E DIMINUIÇÃO DA POPULAÇÃO/TRANSPORTES/AREAL DA PRAIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco.

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Estas minhas palavras seriam para o Presidente da Câmara Municipal. Ele não está aqui, mas de qualquer forma, penso que por interposta pessoa será, certamente, informado da minha solicitação.-----

Nas últimas semanas vivemos um tempo político novo na Figueira da Foz e penso que, aqui nesta casa, deve ser explicado o que agora vai ser feito que não foi possível fazer nos dias anteriores. Ou seja, o Presidente da Câmara tem agora a maioria na



Vereação, portanto, seria interessante aqui, nesta casa da democracia, explicar o que agora pode ser feito que não foi feito nos tempos anteriores.-----

Eu trazia aqui três aspetos, do meu ponto de vista, absolutamente fundamentais para o futuro, para o tal desígnio que a Figueira da Foz precisa.-----

O primeiro é o envelhecimento e a diminuição da população da Figueira da Foz, a falta de atratividade para os jovens, cada vez mais qualificados, do Concelho da Figueira da Foz. O que vai agora ser feito em relação a este importantíssimo ponto para o futuro da Figueira da Foz?-----

O segundo diz respeito aos transportes. Nós vivemos um isolamento ferroviário absolutamente anacrónico. Não é mais compaginável que a Figueira da Foz viva este isolamento ferroviário. Se fosse em Coimbra, o que se diria e faria? Pois, mas é na Figueira da Foz!...-----

Então, o que vai ser feito em relação ao isolamento ferroviário da Figueira da Foz e à não existência de verdadeiros transportes públicos de qualidade, não só na cidade da Figueira da Foz, mas também no Concelho da Figueira da Foz?-----

E em terceiro lugar e porque não tenho mais tempo, falarei do areal urbano.----- Não me interessa, não tenho o complexo da pulga nem do tomate, nem dessas coisas, para mim praia é praia, já o disse, já o escrevi.-----

Vivemos num Concelho que uma boa parte é Rede Ecológica Nacional e outra parte é Reserva Agrícola Nacional, portanto, temos muita nidificação, temos muito espaço para deixar crescer a natureza. À praia o que é da praia!-----

A praia deve ser limpa, mas esse não é o problema! O problema não tem a ver com a limpeza do areal da praia, o problema é aproximar a Figueira da Praia ou a praia da Figueira. Este é que é o verdadeiro problema!-----

Senhor Presidente da Câmara, agora que preside com maioria na Vereação, o que vai ser feito, nomeadamente entre eles, para que nós possamos perceber e assim fiscalizar a atividade da Câmara Municipal?"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

E - CONTRATO DE COMODATO COM A SOCIEDADE AGRÍCOLA DA QUINTA DE FÔJA/REUNIÃO COM O PRESIDENTE DA CÂMARA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Susana Oliveira Monteiro.-----

SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO: "A minha pergunta era dirigida ao Presidente da Câmara, ainda assim, penso que também lha farão chegar.-----

O contrato de comodato elaborado entre o anterior executivo do Município da



Figueira da Foz e a Sociedade Agrícola da Quinta de Fôja, foi assinado em julho de 2021.-----

Há uma cláusula no contrato referindo que as obras terão de ser feitas pelo Município nos cinco anos seguintes à assinatura do contrato de comodato.-----

Já fizemos uma visita ao local com o Presidente da Câmara e alguns Vereadores.--
Eu gostaria de saber se, entretanto, desde essa visita até agora, já foram feitas mais algumas diligências no sentido de ver estas obras ou, pelo menos, a intenção de obras naquele local.-----

Gostava, também, de saber quando é que podemos marcar uma reunião com o Presidente da Câmara, dado que eu já fiz este pedido por e-mail, já reforcei o pedido há algum tempo e, até agora, não obtive resposta.-----

Considerando que temos alguns assuntos pendentes, nomeadamente com obras a realizar em Ferreira-a-Nova, a falta de resposta do executivo municipal a este assunto leva-nos a atrasar obras de extrema importância para a nossa Freguesia.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

F - REPRESENTAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL EM EVENTOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: “A minha intervenção prende-se com o prestígio das instituições, em particular da Câmara Municipal da Figueira da Foz.-----

A representação destas mesmas instituições, Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia deve ser feita pelos respetivos eleitos.-----

Por isso, foi com perplexidade que constatei que o órgão Câmara Municipal se fez representar uma vez por um colaborador do Município e outra por um deputado desta Assembleia Municipal.-----

Não que as pessoas em causa não tenham as qualidades para o fazerem, mas a representação do órgão Câmara Municipal deve ser feita pelos seus eleitos (Presidente e Vereadores).-----

Eu sei que o Presidente da Câmara não tem, com certeza, conhecimento desta situação, no entanto, costuma dizer, e eu também já o ia citar, que «os Presidentes estão aqui para o bem e para o mal».-----

A Câmara Municipal fica certamente com algum desprestígio e quem os quer receber também pode entender ser uma desconsideração a mesma não ser representada por um dos seus eleitos.-----

Eu gostaria de fazer um apelo para que situações como esta, que não prestigiam a



instituição em causa, não voltem a acontecer.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

G - PARQUE DO LAGO EM MAIORCA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Rui Pinto Ferreira.

RUI PINTO FERREIRA: “O Parque do Lago, junto ao Largo da Feira Nova em Maiorca, foi apresentado publicamente em 2004, sendo Presidente de Junta José Ligeiro, Presidente de Câmara, Eng.º António Duarte Silva, e Vereador Municipal o atual Vereador Ricardo Pedrosa Silva.-----

Em 2018, o anterior executivo da Freguesia de Maiorca, no qual preenchi a mesma posição de hoje, enquanto Presidente de Junta de Freguesia, apresentou a requalificação do referido Parque em forma de agradecimento a todos os voluntários maiorquenses, Município da Figueira da Foz e ao seu Presidente na altura, Dr. João Ataíde, à empresa Águas da Figueira, S.A. e à Caritas de Coimbra representada na nossa freguesia pela Comunidade Terapêutica Encontro.-----

Todos esses agradecimentos foram públicos e foram, acima de tudo, assinalados pelo facto de cada um deles ter contribuído, e muito, para aquilo que é o Parque do Lago de Maiorca.-----

No dia 13 de julho de 2018 encontrava-se o Parque do Lago num dos melhores momentos no aspeto visual e natural. E, eis que a 18 de outubro, ocorre a tempestade Leslie! Aproximadamente metade das árvores existentes caíram ou foram arrancadas ou partidas ao meio pela força desta intempérie. O Moinho existente neste espaço ficou quase completamente destruído.-----

O espaço que uns meses antes voltara a ter vigor deixou completamente de o ter!- E, eis que em 2019, lá se iniciou um longo, penoso e dispendioso processo de recuperação da fauna e flora deste local, bem como, dos equipamentos e infraestruturas existentes.-----

Também em 2019, aterrou de paraquedas neste espaço o jovem biólogo Jael Palhas. Sem nenhuma ligação à Freguesia de Maiorca, sem nos conhecer, a mim ou outro qualquer elemento do meu executivo, oferece ajuda. Oferece, ofereceu e continua a oferecer.-----

Jael Palhas, biólogo apaixonado pela natureza natural, pela conservação de espécies endógenas, pela divulgação de todo um mundo natural que preenche os nossos campos agrícolas e com o maior fascínio, que já vi no mundo, por uma preservação ambiental sustentável, não invasora e não intrusiva.-----

Em 2021/2022, inserido no Projeto «Ainda há Tesouros no Vale do Rio Fôja» introduz,



na área aquática do Parque e nos terrenos circundantes, vários exemplares de plantas da Região Centro em quase total via de extinção, dando nova cor ao Parque. Desenvolve informação sobre o mesmo, produz o Mapa detalhado de todo o local e de todas as plantas existentes, completa a coleção de todas as espécies existentes de salgueiros do mundo, tendo este espaço a total integração destes exemplares, propondo o Parque do Lago como único no mundo.-----

Dinamiza ações de limpeza em conjunto com estagiários, voluntários e com a Junta de Freguesia de Maiorca, promove ações de divulgação em Fóruns, Chats e afins na Internet.-----

Quase diria «Jael Palhas, nessa altura, respirava o Parque do Lago», sonhou com ele, idealizou melhorias, planeou um espaço único no País, único no Concelho, e pasmem-se, porque este é o local para esclarecimento de todos - ganhou zero euros! Demos-lhe apertos de mãos e palmadas nas costas. Dissemos obrigado sem muitas das vezes entendermos o que move tal homem. E, assim, recebe Jael provavelmente o que o faz feliz: um Parque do Lago plantado na bela Freguesia de Maiorca, mantido quase desde a sua criação com um esforço tremendo, fisicamente desgastante e em constante necessidade de uma manutenção planeada, programada e atempada, para que de novo brilhe como outros sonharam.-----

Relembro que o Parque do Lago de Maiorca não usufrui de nenhum, repito nenhum, apoio específico para a sua correta manutenção e desenvolvimento. Nenhum!-----

Encontra-se apenas contemplado no protocolo de apoio municipal aos espaços verdes, isto é, recebe a Junta de Freguesia de Maiorca o valor de 17.331,00 € para o tratamento de todos os espaços verdes da Freguesia.-----

Em análise de pormenor, só a manutenção adequada do Parque do Lago, com características únicas no Concelho, no país e no mundo, tinha um custo mínimo de 1.000,00/2.000,00 € por mês, ou seja, 12.000,00 € por ano, nunca menos que isso!

39.601 m2 de área, cerca de 30.000 m3 de água, nove laranjeiras, vinte e cinco oliveiras, noventa e duas árvores indiferenciadas, entre as quais todos os salgueiros do mundo, choupos, plátanos e afins, dois conjuntos de mesas em bom estado e seis em péssimo estado, um telheiro com quatro churrasqueiras, quatro pontes em madeira, e todo um trabalho gratuito de muita gente, e repito absolutamente gratuito, intenso e qualificado de Jael Palhas.-----

Obrigado Jael, por seres também parte do Lago de Maiorca, mesmo não constando o teu nome em placa alguma."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



H - ESTADO DA SAÚDE NA FREGUESIA DE MAIORCA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Rui Pinto Ferreira.

RUI PINTO FERREIRA: "A saúde foi, é e será sempre uma preocupação da Freguesia de Maiorca. O acesso à saúde, as condições apresentadas nos serviços de saúde, a qualidade da resposta, a presença, a proximidade, o diálogo.-----
Infelizmente, sem absolutamente nenhum apontar de dedos, a saúde de Maiorca não vai bem!-----

Ainda assim, agradeço a igual preocupação do Município nesta área, agradecendo igualmente a informação do Presidente da Câmara, Dr. Pedro Santana Lopes, sobre este mesmo tema, disponibilizada a todos os membros desta Assembleia Municipal.-
Ler, nas suas palavras, que existem seis novos médicos neste Município e ler também a garantia de funcionamento de todos os Centros de Saúde, deixa a Freguesia de Maiorca confiante sobre a permanência, melhoria e resposta de saúde.-----
Entretanto, nesta última terça-feira, há três dias atrás, recebe a Junta de Freguesia de Maiorca, na sua caixa de email, um comunicado da Dr.ª Bárbara Pessoa, Coordenadora da Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego, Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados da Figueira Norte, Unidade de Saúde das Alhadas, informando, passo a citar «sobre umas decisões de alguns relativas à candidatura a uma nova Unidade de Saúde Familiar, referindo a ausência de médico para Maiorca, e pior, encaminhando os utentes desta Freguesia direitinhos para a Unidade de Saúde Familiar de Alhadas».-----

Este mesmo documento, recebido no email da Junta de Freguesia, encontra-se afixado na porta de vidro do Posto Médico de Maiorca.-----

De imediato, o executivo da Junta de Freguesia de Maiorca questionou a entidade referida e não obteve, até à data, nenhuma resposta. Também de imediato, contactou a Vereadora Olga Brás inteirando-a deste comunicado, obtendo da parte da Vereadora uma total compreensão e esforço no sentido de perceber o que será o futuro da Saúde da Freguesia de Maiorca. Obrigado, Vereadora Olga Brás!-----

Obrigado, também, Vereadora Olga Brás por ter já desenvolvido um projeto, no valor de 200.000 euros, para a requalificação do atual Posto de Maiorca, integrado no edifício da Casa do Povo de Maiorca.-----

Agora, a Freguesia de Maiorca aguarda resposta às questões levantadas à direção da Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego. Aguarda, reconhecendo que terá neste executivo municipal o aliado mais intransigente possível no que a este tema diz respeito e que jamais permitirá o encerramento do Posto Médico de Maiorca.



Obrigado, Dr. Pedro Santana Lopes, pelas suas palavras presentes no seu comunicado e obrigado, Vereadora Olga Brás, pelo apoio incondicional a esta causa!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Se me permite, uma nota em relação à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca quanto à questão dos Centros de Saúde. Na passada segunda-feira, pelas 09,30 horas da manhã, tive uma reunião na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, onde estive com o Ministro da Saúde, Manuel Pizarro.-----

Em relação aos Centros de Saúde previstos para todos os municípios, foi dito pelo Ministro da Saúde que tínhamos de nos convencer que os recursos financeiros necessários teriam de vir do Plano de Recuperação e Resiliência, mas também do Orçamento do Ministério da Saúde.-----

Referiu ainda, como era de prever, pelo menos da minha parte sempre suspeitei que assim fosse, esses recursos também teriam de vir do Pacto, ou seja, os 18 milhões de euros do défice existente em relação às necessidades da Região em matéria de construção de novos Centros de Saúde teriam, também, de ter financiamento através do Pacto Regional, portanto, das verbas distribuídas pelos vários municípios.--- Tive ocasião de confirmar, brincando um pouco com ele, mas brincando com assuntos sérios e com todo o respeito, portanto, seria Orçamento, Plano de Recuperação e Resiliência e orçamento do Pacto Regional.-----

Este projeto anunciado pelo Poder Central ser financiado, desenvolvido e à última da hora, vir-se dizer relativamente aos Centros de Saúde, como poderá vir a acontecer para as escolas, «as verbas têm de sair do Pacto», é uma situação intolerável, inaceitável!-----

Criam-se as expectativas primeiro (nomeadamente às escolas em relação aos centros de altas tecnologias) para se chegar ao fim e dizer «têm de ser os municípios a financiar ou têm de ser as verbas do Pacto Regional!-----

A situação é bastante preocupante, senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca e demais Presidentes de Junta! A questão dos recursos financeiros está em cima da mesa.-----

A reunião foi para o Ministério da Saúde conseguir tantas assinaturas quanto possíveis de aceitação por parte dos municípios da transferência de competências, para a Comissão Europeia não fechar a torneira dos financiamentos. Julgo serem precisas 196 assinaturas, as quais têm de ser entregues até à próxima semana, segundo creio.-----



Compreendo a preocupação do Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca, mas a situação é complicada para todos.-----

Nós construímos Centros de Saúde e Extensões de Saúde, mas é uma ilusão porque, depois, faltam profissionais de saúde!-----

Transferência de competências, construção de edifícios, manutenção, limpezas, ar condicionado, assistentes operacionais, todas estas matérias de funcionamento, manutenção e construção são responsabilidades das câmaras municipais, os profissionais de saúde são responsabilidade do Poder Central, mas em vários casos, como sabemos, não os há.-----

Ainda agora o Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca se referiu à questão dos seis médicos, e Deus sabe as dificuldades que existem para resolver situações deste tipo..."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

I - CASINO DA FIGUEIRA DA FOZ - CONCESSÃO DO JOGO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Nuno Melo Biscaia.-

NUNO MELO BISCAIA: "Uma questão que vem sendo difundida pela comunicação social e que muito tem preocupado os Figueirenses é a Concessão do Jogo e a eventual prorrogação, ou não, do respetivo contrato. Parece-me mesmo que a concessionária tem ameaçado encerrar hoje, dia 30 de junho, a exploração do jogo.-----

Senhor Presidente da Câmara, dentro do recato e discrição que o tratamento desta matéria impõe, gostaríamos que informasse esta Assembleia sobre o atual ponto de situação, obviamente, se estiver em condições para o fazer.-----

Existe aproximação entre o Governo e a Sociedade Figueira-Praia? Tem havido, ou não, uma maleabilidade entre as partes?-----

Muito embora, a Câmara Municipal não seja parte diretamente interessada, poderá ter sempre um papel ativo nas diligências de mediação, no interesse de que a Figueira da Foz não seja prejudicada.-----

É que, como sabem, para além da perda direta de postos de trabalho, o fecho da exploração e, conseqüentemente, do Casino terá evidentes prejuízos para a sociedade, economia e finanças do Concelho da Figueira da Foz."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O deputado municipal Nuno Melo Biscaia, suscitou aqui um assunto muito importante, a saber, a questão do Casino.-----

Ainda hoje de manhã, tive ocasião de receber um representante da Sociedade Figueira Praia, a seu pedido, porque me queria transmitir a posição que fizeram chegar ao



Governo.-----
A situação não está resolvida. Não quero ir além do que devo, mas posso dizer que no que depende da Sociedade Figueira Praia, e julgo que também do Governo, o Casino dia 01 de julho, portanto, amanhã e nos dias seguintes estará a funcionar.-----
Não vou dizer-vos que não houve o perigo de encerramento, nem que não continua a contenda entre a Sociedade Figueira Praia e o Governo que, neste momento, está no patamar judicial.-----
Tanto quanto sei, o Governo foi notificado terça-feira de processos judiciais e providências cautelares que entraram há cerca de dois meses, e pelo que sei, a juíza teve também de fazer um segundo despacho de notificação porque, estranhamente, o primeiro não seguiu, conforme informação que me foi transmitida. A situação continua a ser preocupante.-----
Como sabem subjaz a este diferendo a questão do regime de concessão do jogo daqui até um de janeiro de 2025: ou a prorrogação do regime antigo ou, como o Governo pretende, a antecipação do regime que vigorará a partir dessa data.-----
Isto tem implicação no pagamento, ou não, de uma prestação inicial de 07 milhões de euros. Se for antecipado o regime de 2025 a Sociedade Figueira Praia tem de pagar já os 07 milhões de euros, se houver a prorrogação do regime anterior isso não acontecerá.-----
Eu acho que não é mau o que aconteceu estes dias, mas se me perguntar se estou tranquilo e descansado, não estou! Mas, para já, considero não ter havido rotura, apesar de poder vir a acontecer a nomeação de uma Comissão Administrativa.-----
De qualquer maneira, como é evidente, a posição do Município é lutar com todas as suas forças para que não haja encerramento em dia nenhum, pelas mais variadas razões.-----
É uma situação nada fácil, para a qual em nada contribuímos, mas temos procurado ajudar para que seja resolvida.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

J - AREAL URBANO DA FIGUEIRA DA FOZ/ AGENDA PARA O AMBIENTE DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Célia Silva Moraes.-

CÉLIA SILVA MORAIS: “Cremos que existe aqui um momento antes e um momento depois, após a discussão pública sobre o Areal Urbano, mesmo para aqueles que defendiam a ideia radical da limpeza geral.-----

A anterior comparação entre a fauna e a flora existente na Praia da Claridade com



qualquer outra tenderá a desaparecer. A classificação de lixo, que víamos ser atribuída por diversas pessoas, incluindo com cargos públicos, à de espécies de elevado valor para a biodiversidade, saúde, sustentabilidade e para o futuro, também vai ser diluída e transferida informação adequada aos cidadãos, que alguns ainda não a têm.-----

Portanto, importa resumir até para aqueles que não puderam estar presentes e, porventura hoje, têm a oportunidade de nos assistir:-----

- A fauna e a flora em questão, que tem vindo a instalar-se e a desenvolver-se na Praia da Claridade, não é erva nem é lixo! É hoje um ecossistema de elevado valor para a biodiversidade e não só!-----

Aquele ecossistema, aquela biodiversidade, são motivo de orgulho para a Figueira da Foz, pela resiliência daquele habitat e daqueles que permitiram que ali se sustentasse e, hoje, estivéssemos a discuti-los publicamente com diversos atores e parceiros das mais diversas esferas e quadrantes.-----

Aqueles que defendem isto não são iluminados e, muito menos ignorantes, tanto não são que se voluntariaram para dialogar, explicar e para oferecer o seu trabalho em prol do bem comum que é a Figueira da Foz e a riqueza que ela possui e pode potenciar.-----

Mas há um perigo, um perigo que é a tentativa de afastamento dos cidadãos, mascarando-os de politizados e com interesses individuais, em particular os da comunidade científica, que transfere para o público em geral, que nos assiste, a escolha meramente com base no número de amigos ou de gostos e não com base em informação fundamentada.-----

Eu estive presente na discussão, optei por não me manifestar para que o meu comentário não fosse conotado com política naquele lugar. Não era esse o objetivo, porque antes de tudo sou Figueirense, a minha área de exercício profissional é a saúde pública e as duas décadas e meia de experiência mostraram-me ser preciso equilíbrio e junção de esforços na resposta aos desafios futuros do Ambiente que nos rodeia, porque é isso que nos dá saúde. E essa discussão é disso um exemplo - trabalhar para o futuro!-----

Já no contexto político, devo referir que o executivo promoveu uma discussão pública sobre o Areal Urbano e está claramente de parabéns.-----

Mas essa discussão surge do movimento comunitário na exigência de respostas da população e também na defesa alimentada pelo Partido Socialista baseada em conhecimento e não em contrariedades. E foi esse movimento conjunto que deu origem



à discussão. Não foi o contrário!-----
Quanto às tentativas de despromoção do trabalho anterior, cada um tem o seu tempo. Todos tiveram, têm e terão que tomar decisões, é um facto. Mas, não foram as decisões anteriores que afastaram os turistas da Figueira da Foz.-----
Regozijamo-nos hoje por sermos a terceira praia mais procurada do país, mas por exemplo, em 2020 a Figueira da Foz foi a primeira classificada na procura dos portugueses para a segunda quinzena de julho! Temos muito de que nos orgulhar!--
Findo este esclarecimento, tal como noutras vezes aqui questionei, agradeço que o executivo nos informe sobre a Agenda para o Ambiente do Município da Figueira da Foz - se ela existe ou se já está a ser preparada? Na última reunião não estava. Quais são as estratégias prioritárias de acordo com as mais diversas obrigações legais e questões como o saneamento, a sustentabilidade, a ação climática e a proteção da vida marinha e terrestre, parcerias, incluindo com a comunidade científica, que o senhor Presidente ainda há dois dias tomou boa nota, mas ainda assim, assumiu declinar?"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

K - RESPOSTAS AOS PEDIDOS DOS MUNÍCIPES QUE INTERVÊM NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Célia Silva Morais.-

CÉLIA SILVA MORAIS: "Aproveito este momento para questionar sobre as respostas, eventualmente até já produzidas, aos pedidos dos munícipes ou grupos de munícipes aqui apresentados na Assembleia, no Período de Antes da Ordem do Dia, em particular quando não existe capacidade de responder no decurso da própria sessão. Tendo o problema aqui sido colocado deve ser aqui respondido!"-----

É o caso da exposição sobre o desperdício de água da empresa Abranfinas-Areias Para Fins Industriais, na Freguesia de Alhadas, colocado aqui pelo cidadão Luís Pedro Medina. Na sessão, o senhor Presidente informou não ter conhecimento e que, por isso não iria responder.-----

Hoje, volvidos dois meses, o Partido Socialista questiona sobre as diligências efetuadas e provável tomada de decisão por parte do executivo naquela matéria.--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Em relação à empresa Abranfinas-Areias Para Fins Industriais, não foi só um grupo de cidadãos que não obteve resposta por parte da Câmara Municipal.-----

Também, a Assembleia de Freguesia de Alhadas ficou sem qualquer resposta à carta



dirigida ao Presidente da Câmara, em 10 de outubro de 2022, solicitando aos serviços da Câmara que averiguassem os procedimentos da empresa.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

L - POLÍTICA ANIMAL DO MUNICÍPIO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Hoje, irei falar da política animal do Município. Será que existe?-----

Parece-me importante que exista uma política animal desenvolvida pelo Município assente na promoção da qualidade de vida e bem-estar dos animais, apostando-se numa convivência entre estes e a população, tratando-os de forma responsável e digna, criando condições para os animais vadios ou errantes. Não é só uma questão de proteção animal, é também uma questão de saúde pública!-----

Assim, julgo que seria importante criar um Centro de Recolha Oficial de Animais do Município, com um serviço permanente de assistência a animais em perigo ou a causar perigo na via pública, sob a supervisão dos veterinários municipais.-----

Criar um Centro de Apoio Animal dedicado à dinamização do Programa REDA - Recolha, Esterilização, Devolução do Animal à Colónia e/ou Adoção, à prestação de cuidados de saúde aos animais das colónias de rua e à promoção da adoção responsável de animais.-----

Através deste Centro de Apoio Animal poder-se-ia criar uma rede de cuidadores, devidamente credenciados pelo Município, desenvolvendo em conjunto o Programa, garantindo o cumprimento de boas práticas ao longo do processo de captura, esterilização e devolução/adoção, com supervisão constante da Unidade de Bem-Estar e Fiscalização Sanitária, o que não sucede atualmente.-----

Certificação das colónias de gatos já existentes, mas com zonas delimitadas e devidamente autorizadas pelo Município, devendo ser georreferenciadas e devidamente monitorizadas pelos serviços municipais. Assim, os animais estão identificados e pertencem às colónias. Estariam estabilizados e seriam regularmente sujeitos à supervisão pelo Médico Veterinário municipal.-----

Colocação de abrigos contribuindo para a salubridade dos espaços das colónias, promovendo a proteção dos animais.-----

Criar uma rede de cuidadores de colónias, devidamente credenciados pelo Município, que se responsabilizem pela alimentação, limpeza e acompanhamento das colónias. Tais cuidadores teriam identificação própria e estatuto devidamente definido em regulamento.-----



Promover, junto do Corpo de Bombeiros Sapadores, formação específica para transporte de animais e cursos de primeiros socorros de animais, complementado, se possível, com uma ambulância animal, como já acontece em vários municípios do país.-----

Criar-se um Cheque Veterinário, aderindo-se ao Projeto Veterinários para a Sociedade - Vet Solidário, uma iniciativa da Ordem dos Médicos Veterinários que pretende apostar numa política social de ajuda veterinária. Este projeto tem em vista a prestação de cuidados médicos veterinários gratuitos nos centros de atendimento médico-veterinários e universidades de ensino veterinário aderentes ao Projeto, em tratamentos pré-definidos, mediante a atribuição de cheques veterinários.-----

No âmbito da promoção do bem-estar animal e combate ao abandono, criar parcerias para acesso a ração gratuita de munícipes carenciados detentores de animais de companhia.-----

Criar-se uma plataforma digital que ofereça um serviço comunitário baseado na troca de disponibilidade entre as famílias previamente registadas e que manifestem interesse em receber e cuidar na sua residência de animais de companhia, nomeadamente cães e gatos, especialmente em períodos de férias ou de ausência prolongada.-----

Criar-se a Campanha Escola Amiga dos Animais, iniciando-se nas escolas do ensino pré-escolar do Concelho, alargando-se posteriormente a outros níveis, com vista a consciencializar a população infantil e juvenil para a problemática do abandono animal, promovendo igualmente uma adoção responsável na população adulta e reforçando a importância da esterilização para evitar um aumento de cães e gatos. Criar-se o Provedor Municipal dos Animais.-----

Termino esta intervenção, lamentando que na lista do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, atualizada todos os anos, não conste qualquer canil na Figueira Foz e que houve apoios financeiros concedidos ao Município, como por exemplo, 25.000 euros para esterilizações, mas no entanto, só foram efetuadas 411, o que me parece manifestamente pouco face ao apoio recebido.-----

Senhor Presidente da Câmara, apresento essas sugestões para que possa refletir sobre esta questão, que não é só uma questão de animais é também de todos nós.”-

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Tomei boa nota das várias questões colocadas, nomeadamente sobre a política animal de que falou. Irei refletir sobre as sugestões apontadas.”



A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

M – RECLASSIFICAÇÃO DO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA À CATEGORIA DE MONUMENTO NACIONAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Manifesto aqui o grande regozijo da Coligação Democrática Unitária face à classificação do Mosteiro de Santa Maria de Seica a monumento nacional.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Edgar Pedrosa Gonçalves.-----

EDGAR PEDROSA GONÇALVES: “Quero, também, dar os parabéns ao executivo municipal pela classificação do Mosteiro de Santa Maria de Seica como monumento nacional. Aproveito para perguntar se o senhor Presidente da Câmara já tem alguma intenção, ou se já se começou a trabalhar em relação à envolvente deste monumento.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guardão Tavares.

ISABEL GUARDÃO TAVARES: “O grupo municipal do Partido Socialista congratula-se com a classificação do mosteiro de Santa Maria de Seica, que passou de Imóvel de Interesse Público para Monumento Nacional, o que nos enche de orgulho e deixa o Concelho mais rico.”-----

Não queremos deixar de lembrar, também, todo o historial que levou a este feliz desfecho de qualificação.-----

O processo foi iniciado pelo Dr. João Ataíde, em 07 de fevereiro de 2018, enquanto Presidente da Câmara da Figueira da Foz.-----

Com este procedimento almejava-se exatamente a eventual alteração do grau de classificação do Mosteiro de Santa Maria de seica.-----

Em 27 de abril de 2021 foi publicado o projeto de decisão relativo à reclassificação do Mosteiro como Monumento Nacional, em Diário da República n.º 81/2021, série II, Anúncio n.º 81/2021.-----

Os trabalhos e a reabilitação do Mosteiro foram consignados em dezembro de 2021, pelo valor de 02,7 milhões de euros.-----

A reabilitação do edifício foi comparticipada pelo Programa Portugal 2020.-----

Foi notável o empenho de todos os envolvidos. O Governo Socialista também, pelo exposto e porque reclassificou o Mosteiro a Monumento Nacional encontrando financiamento para a sua reabilitação. É, indubitavelmente, um acontecimento muito feliz.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



N - RETIRADA DO PONTO «PROPOSTA DE ALIENAÇÃO DO PAÇO DE MAIORCA» DA ORDEM DE TRABALHOS DA SESSÃO DE 28 DE ABRIL DE 2023

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Não posso deixar de referir a minha perplexidade, quando após a última sessão da Assembleia Municipal soube que o senhor Presidente da Câmara tinha chamado e informado as forças políticas com assento na Assembleia da retirada do ponto da ordem de trabalhos sobre a alienação do Paço de Maiorca.--- O deputado municipal do Bloco de Esquerda não foi avisado assim como eu também não fui!-----

Isto é uma falta de deferência política que não condiz com aquilo que os senhores afirmam ser o vosso cumprimento do Grau de Observância do Estatuto da Oposição."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, peço desculpa de não ter havido essa hipótese na Assembleia Municipal anterior.----- Queria só informar-vos que temos estado a conversar com várias entidades da Administração Central sobre as possibilidades existentes em relação ao Paço de Maiorca.-----

Estamos a esgotar todas as hipóteses, mas não demos o nosso acordo, nem o nosso assentimento a que o Paço de Maiorca seja assumido por alguns desses fundos. E sabem porquê? Porque olhamos para o ocorrido, por exemplo, aqui ao lado na Direção Geral das Florestas inserida no Programa Revive Turismo. Já lá vão uns anos e o edifício continua encerrado.-----

Portanto, apesar das boas intenções do Instituto de Turismo, não queremos uma solução em que o Paço de Maiorca continue na degradação, continue fechado mais uns anos, depois vai a concurso...-----

Este Instituto manifesta-se muito interessado quer no Paço de Maiorca, quer no Palácio Conselheiro Branco.-----

O Palácio Conselheiro Branco tem destino traçado, nomeadamente em relação à Junta de Freguesia e não só. O projeto de execução está concluído pelo arquiteto e passaremos, muito brevemente, à fase de obra, se Deus quiser!-----

Quanto ao Paço de Maiorca, está adjudicada a intervenção nos seus jardins tanto na parte de corte como depois na parte criativa, que o irá valorizar. O passo seguinte será na parte classificada do edifício e não na parte nova. Os quartos que foram feitos, essa é outra matéria.-----

Confesso, gostaria que houvesse mais tempo para tratar deste assunto. Assim,



procuramos tratá-lo com toda a dedicação de que somos capazes.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O - EMPRESA BIOADVANCE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “A empresa BioAdvance era para começar a laborar já em junho. Já está, de facto, a funcionar? Foi elaborado algum estudo de impacto ambiental? O deputado municipal e Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde tem algo a dizer sobre este assunto que, em meu entendimento, é bastante complexo e que acresce aquilo que vai acontecendo na sua Freguesia que é a contribuição pesada para o afastamento da população do seu Rio?”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

P - UNIDADE DE EXECUÇÃO DO PROLONGAMENTO DO VALE DAS ABADIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “O que resultou da reunião em relação ao corredor verde que o senhor Presidente de Câmara disse ir acontecer entre os dias 02 e 04 de maio?”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Q - CONSTRANGIMENTOS DECORRENTES DE OBRAS EM CURSO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Falo dos terríveis estreitamentos diários que prendem as pessoas, e há vários, normalmente decorrentes de obras «modernas». E hoje refiro dois que são terríveis: junto do Cemitério de Buarcos e na Rotunda do Pescador. Se houver uma ambulância para passar como será?”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

R - TRANSPORTES PÚBLICOS NA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Hoje, há menos transportes dentro da Cidade e do Concelho do que havia durante anos quando o senhor Presidente foi aqui Presidente de Câmara. Neste momento, há menos do que havia há duas ou três semanas atrás, por força das férias escolares.”-----

Acabam as deslocações das crianças e jovens acabam os transportes!-----

Também aponto a necessidade urgente de revisão e solução destes problemas e, ainda, a criação de um transporte circular.-----

Com o encerramento da Ponte Edgar Cardoso há outra coisa que me deixou perplexa!!! O cidadão ou cidadã que chama um táxi para ir ao Hospital Distrital da Figueira



da Foz paga a módica quantia de 50 euros para um lado e 50 euros para o outro, o que para algumas famílias é manifestamente inoportuno.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

S - EXTENSÕES DE SAÚDE DA MARGEM NORTE - MOLDES E HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "A talho de foice, pergunto como irão funcionar e em que horários as extensões de saúde da margem Norte, até mesmo, porque este é assunto já foi abordado aqui nesta Assembleia."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

T - PROBLEMAS DAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Para além dos problemas de rede viária, que venho apontando há muito tempo, subsistem as questões saneamento.-----
Estamos no ano de 2023, século XXI, mas esta benfeitoria indispensável ainda não chegou a todos os municípios.-----

Não chegou, por exemplo, a Lírion, não chegou a parte da Cova da Serpe, Casal Novo e Cabanas nas freguesias de Alhadas e Quiaios...-----

Há alguns antigos lavadouros que estão totalmente degradados. Porque não requalificá-los com vista a dar-lhes utilidade pública, como aconteceu, nomeadamente em Buarcos?"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

U - O AMERICANO - LIGAÇÃO ENTRE DA ESTAÇÃO DA CP ATÉ AO CABO MONDEGO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Carlos Silva Margato.

CARLOS SILVA MARGATO: "Porque o transporte é ainda um dos meios fundamentais para o desenvolvimento económico e social, congratulo-me com a diminuição do tempo de viagem de comboio até à nossa capital de distrito.-----

Venho deixar uma recordação do tempo de eleição da nossa rainha das praias de Portugal - o Americano. Acho que todos sabem o que era e o trajeto que fazia. --
Seria hoje de mérito, criar ou renovar essa ligação da Estação dos Caminhos de Ferro até ao Cabo Mondego, talvez por autocarro, claro. Seria bom retomar-se esta ligação na época de Verão em que há uma grande procura, até porque a nossa praia fica um bocadinho longe da Estação.-----

E a linha do Oeste poderá ainda ser duplicada e eletrificada até Lisboa? Seria sempre a renovação de novas linhas comerciais, sociais e turísticas, fundamentalmente."-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 4 da Sessão Ordinária de 30-06-2023

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

V - AEROPORTO DE MONTE REAL - ABERTURA AO TRÁFEGO CIVIL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Carlos Silva Margato.

CARLOS SILVA MARGATO: "E porque a presença é fundamental quer no trabalho, quer na diversão, seria muito bom que o Aeroporto Militar de Monte Real fosse aberto à aviação civil-----

Ainda poderemos contar com a intervenção valiosíssima do Presidente do atual executivo para promover essa nova ligação, que nos abriria ainda mais as portas para o turismo internacional."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

W - PARQUE INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Edgar Pedrosa Gonçalves.-----

EDGAR PEDROSA GONÇALVES: "Regozijo-me pelas obras de ampliação na Zona Industrial da Gala. Nas próximas semanas já estará disponível para acolher novas indústrias. Soube, entretanto, que ocorreu uma reunião com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, e gostaria de saber se o espaço que estava destinado ao aeródromo, neste momento, sem ser utilizado, se poderia ser feita uma troca entre a Estrada Nacional 109 e a atual Zona Industrial."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A zona industrial é constantemente um problema com procedimentos. É de uma pessoa não ficar nada bem disposta!-----

Neste momento, estamos a esclarecer em que medida é que tem de haver, ou não, Hasta Pública, ou se pode ser condicionada pelos termos de referência nos Lotes da nova área de expansão da Zona Industrial.-----

Temos muitas empresas interessadas, mas nos termos do Regulamento 2020 tem de haver, de facto, essa Hasta Pública.-----

Ainda hoje de manhã recebi uma carta de uma empresa de baterias, com a qual assinamos um memorandum há cerca de dois meses, a dizer que se não nos despacharmos em relação ao terreno irão para a Alemanha, porque já não aguentam esperar mais tempo.-----

Nem nós nem os serviços temos culpa absolutamente nenhuma nesta situação e, agora, até estamos a procurar estabelecer venda por lotes.-----

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro concorda que possamos estabelecer critérios: quem crie determinados postos de trabalho, quem



faça um determinado montante de investimento...-----
Por exemplo, estabelecer critérios de preferência para as empresas que se têm manifestado interessadas e sabemos que vêm mesmo para a Figueira da Foz com investimentos de interesse para o Concelho, até do ponto de vista ambiental e do desenvolvimento económico, para garantir que o processo não atrasa mais.-----
E isto não é condicionar o funcionamento do mercado!-----
A obra de ampliação do Parque Industrial e Empresarial está praticamente concluída e poremos o processo na rua logo a seguir."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

X - OFICINAS DA EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO FERROVIÁRIO NA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Edgar Pedrosa Gonçalves.-----

EDGAR PEDROSA GONÇALVES: "Gostaria de saber qual foi realmente a resolução relativamente às oficinas da Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, porquanto, no comunicado não percebi qual seria a sua utilização no futuro."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Quanto às oficinas da Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário não tenho nenhuma evolução. Ainda não tivemos a reunião com a Comboios de Portugal.-----

A evolução que houve, e é boa, é que as Infraestruturas de Portugal cumpriram o acordo feito connosco na reunião e a obra na Estrada Nacional 109, como sabem, está a ser feita e a bom ritmo."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Y - FALTA DE ILUMINAÇÃO NA PONTE EDGAR CARDOSO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Edgar Pedrosa Gonçalves.-----

EDGAR PEDROSA GONÇALVES: "Neste momento, as obras na Ponte Edgar Cardoso têm estado a decorrer, mas esta tem-se mantido aberta ao trânsito durante o período noturno. Entretanto, há de fechar, com certeza.-----

Mas, durante a noite não temos qualquer tipo de iluminação na Ponte, porque foram retirados todos os postes, e isso sente-se mais quando ela está aberta durante a noite!-----

Sendo uma zona de obras entendo ser perigoso e penso que poderíamos ter ali alguma iluminação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 4 da Sessão Ordinária de 30-06-2023

Gostaria que o Presidente da Câmara pudesse influenciar a Infraestruturas de Portugal, no sentido de colocar alguma iluminação na Ponte Edgar Cardoso.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Z - NADADORES-SALVADORES

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Nesta primeira intervenção, sublinho a preocupação que tenho, e ocupa parte do meu tempo, com uma situação comum ao país todo: faltam mil nadadores-salvadores.-----

Para algumas das nossas praias e piscinas municipais têm sido dias especialmente exigentes nesta matéria. É, de facto, uma situação preocupante!-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Mafalda Reis Azevedo.

MAFALDA REIS AZEVEDO: “Vou começar por falar de um tema que o Presidente de Câmara também já abordou: a questão dos Nadadores-Salvadores.-----

Iniciámos a época balnear há praticamente um mês e temos praias sem vigia, temos as piscinas e também piscinas municipais sem Nadadores-Salvadores. Parece-me que não foram aqui capazes de antever aquele que é um problema comum.-----

Todos sabemos que o Concurso Público para contratação de serviços de vigilância e assistência a banhistas fica deserto, obrigando a necessidade da abertura de um procedimento por Ajuste Direto e, ainda assim, não acautelaram este problema.---

Espero, evidentemente, que estejam neste momento a encetar todos os esforços e que seja um tema da maior preocupação, porque em momento nenhum podemos evitar acidentes mesmo com praias ou em piscinas vigiadas, mas nestas circunstâncias o perigo é bastante acrescido.-----

Portanto, em última análise e se acontecer alguma coisa, a responsabilidade não poderá morrer solteira.-----

Espero, obviamente, que para o ano possam acautelar com mais tempo esta situação.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AA - PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Sendo esta a última Assembleia Municipal antes do período de maior canícula, gostava de deixar uma nota sobre a prevenção de incêndios e a importância das ações que temos vindo a desencadear, em colaboração com os Presidentes de Junta de Freguesia e a proteção civil: a limpeza de caminhos, a gestão das faixas de combustível, a tentativa de sensibilização de privados para se conseguir uma limpeza maior do que aquela que tem sido conseguida em anos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 4 da Sessão Ordinária de 30-06-2023

anteriores, nomeadamente no ano passado.-----
É, obviamente e sempre, um motivo de grande preocupação!-----
Não quero deixar de mencionar novamente a ação do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas na Serra da Boa Viagem e a importância a vários títulos, até pedagógico e mobilizador, decorrente desse tipo de intervenção.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AB – PONTE EUROVELO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Agora, acabaram os trabalhos do Júri da Ponte do Eurovelo. Concorreram, julgo que cinco empresas, três das quais foram excluídas logo à partida.-----

Nos termos do articulado no Caderno de Encargos as empresas tinham de apresentar um Diretor de Obra com, pelo menos, dez anos de experiência de obras em viadutos e pontes. Nenhuma das duas empresas apuradas apresentou um Diretor com esses requisitos, pelo que é proposta a sua exclusão.-----

Com toda a franqueza acho que, dentro do princípio do aproveitamento de dados administrativos, à luz de uma regra, que eu cito muitas vezes, do Dr. Mário Esteves de Oliveira, ilustre jurista há uns anos desaparecido: «O Direito não pode ser estúpido».-----

Verificando-se esse incumprimento, as empresas podem ser notificadas para apresentarem um Diretor de Obra com os requisitos indispensáveis.-----

Tivemos de aplicar este diploma extraordinário das revisões de preços, porque as propostas estão acima do preço base, mas se todos os outros elementos estão dentro da lei e apenas se constata essa falha, o concorrente pode ser notificado para substituir o que está mal.-----

Qual é o interesse público prevalecente? É que a obra seja feita! Certo?!-----

É a minha ideia, mas o executivo não se pode substituir ao Júri. Quando muito poderia a Câmara Municipal decidir em sentido contrário ao Júri.-----

Eu gostava de levar já à próxima reunião de câmara a proposta de adjudicação para o início da obra acontecer ainda este Verão, se Deus quiser!-----

Às vezes não é culpa do Estado. As empresas não sabem ler?! Não há Diretores de Obra com experiência? Têm de ser contratados. Um tem seis anos, o outro nem tem experiência de obras em pontes e viadutos, tem outro tipo de formação, apesar de também ser engenheiro...-----

Nós preparamos um PowerPoint de todas as obras em curso, mas a sua apresentação



no Centro de Artes e Espectáculos era mais fácil, pelo que o enviaremos depois aos deputados municipais.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AC - FESTAS DA CIDADE/FEIRA DAS FREGUESIAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Adélia Ramos Batata.

ADÉLIA RAMOS BATATA: “Comemorou-se mais um ano as Festas da Cidade com muita organização, entusiasmo, dinamismo e qualidade.-----

A Figueira da Foz e os seus munícipes estão de parabéns! A Figueira da Foz foi visitada por centenas de pessoas que recebemos com muita qualidade, carinho e orgulho.-----

No âmbito do programa das Festas decorreu de 15 a 25 de junho a Feira das Freguesias. Todos os Presidentes de Junta, dirigentes, associativistas e coletividades representadas se envolveram ao máximo, reunindo esforços para que tudo corresse na perfeição, muitas das vezes, ficando para trás outros compromissos pessoais, familiares e até mesmo profissionais.-----

E na realidade graças ao empenho de todos a Feira das Freguesias foi um enorme sucesso.-----

Passada uma semana é tempo de fazer algumas reflexões, considerações e até mesmo sugestões para que, em próximas edições, possa ainda correr melhor.-----

Assim, será de repensar algumas das condições disponibilizadas aos representantes das nossas Freguesias, que tão bem nos serviram voluntariamente em prol do associativismo e que estão sempre prontos a servir quem nos visita e quem os solicita.-----

Desde já, começando pelo estacionamento, foi reservado um lugar para um veículo por Freguesia. Diariamente estão na Freguesia cerca de vinte pessoas a trabalhar. Desde logo, o estacionamento foi manifestamente insuficiente. Será de ponderar esta situação.-----

O stand era relativamente pequeno, mais concretamente o espaço de balcão empratamento e armazenamento, criando muitas dificuldades de manuseamento de comidas e bebidas.-----

A animação foi reduzida havendo muito espaço vazio entre as atuações dos diferentes grupos. Lembramos que existe oferta cultural nas Freguesias para isso, e podia colmatar esses espaços.-----

O palco principal, de grande impacto, onde qualquer grupo se torna muito mais visível e prestigiado, esteve na maior parte do tempo sem ocupação.-----



O palco secundário onde todos os grupos das Freguesias e Djs atuaram, à exceção das Bandas Filarmónicas, era de pouca qualidade com piso muito irregular composto por várias placas desniveladas onde qualquer artista se podia magoar. As condições deste palco não eram gratificantes para quem lá atuou perdendo visibilidade.---- Os camarins anexos ao palco principal estavam muito afastados do palco secundário e na maior parte das vezes inacessíveis aos artistas desse palco.----- Foi colocada uma pequena tenda perto do palco secundário, mas manifestamente insuficiente. Para além de pequena, não tinha luz, nem sequer uma mesa de apoio, obrigando na maior parte das vezes os artistas a trocarem de roupa no exterior.- Pensamos que se devem repensar estas condições, pois deverá ser preocupação do Município dar um pouco mais a quem está constantemente e de bom agrado a colaborar. E aí sim, podemos afirmar o sucesso da Feira das Freguesias."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AD - ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Continuo a achar que a contratação dos professores para as Atividades de Enriquecimento Curricular deveria ser feita diretamente pela autarquia pelas razões já sobejamente exploradas.----- Senhor Presidente da Câmara antes deste segundo tempo, tinha colocado nove pequenas questões e V. Ex.^a só teve a simpatia de me responder a uma, mas eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre elas."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AE - MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ 2022 | UM ANO EM REVISTA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Mafalda Reis Azevedo.

MAFALDA REIS AZEVEDO: "Irei tecer algumas considerações sobre a publicação que muito agradavelmente recebi em casa «Município da Figueira da Foz 2022 | Um ano em Revista».-----

Recebi de muito bom grado esta publicação, mas devo confessar que me senti assim um bocadinho defraudada ao folheá-la muito atentamente quando percebi que, afinal, não estava na presença do ano em revista do Município da Figueira da Foz, mas sim do ano em revista do Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz.----- Obviamente, há aqui registos e muitas fotografias em grande plano do Presidente da Câmara, algumas imperdíveis como sendo estas na inauguração do Jardim Municipal, onde V. Ex.^a está muito feliz desde logo a inaugurar uma obra do Partido Socialista e aqui prestes a escorregar no baloiço do Jardim.-----



Compreendo que sejam fotos a merecer destaque e que devam ser preservadas desta forma na memória coletiva, mas, de facto, parece-me haver um critério um pouco dúbio.-----

Vejo aqui, por exemplo, uma Sessão Solene Comemorativa do aniversário de uma Freguesia, a de Moinhos da Gândara, e bem que deve constar nesta publicação, mas a verdade é que, em 2022, para além da Freguesia de Moinhos da Gândara houve também outras treze Freguesias que comemoraram aniversários e, naturalmente, esperava que também constassem aqui nesta obra. Não sei se não havia fotografias do Presidente da altura ou se não teve a possibilidade de estar presente e, por isso, é que não temos esses registos nesta obra.-----

Esta publicação corrobora ativamente aquela ideia, que se diz por aí, de que o Executivo está muito centralizado na figura do Presidente da Câmara. De facto, aqui comprovamos isso mesmo. Há uns tempos, via uma coisa muito semelhante por Lisboa: o seu amigo Carlos Moedas também fez assim uma publicação deste género.- Para terminar, do meu ponto de vista, mais do que promover as atividades do Município, houve aqui nesta revista uma promoção evidente da sua figura e da imagem do Presidente da Câmara Municipal.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Gonçalo Andrade Oliveira.-----

GONÇALO ANDRADE OLIVEIRA: “Ouvi com desagrado a intervenção da deputada municipal Mafalda Reis Azevedo em representação do Partido Socialista.-----

Sendo o maior partido concelhio, o maior partido da Figueira da Foz e o maior partido nacional, o Partido Socialista de um momento para o outro decidiu entrar em campanha eleitoral.-----

Os senhores têm de se preocupar em contribuir para a nossa cidade e não com esses faits divers. Agora, Jael Palhas é o vosso ídolo porque entenderam ser uma referência para atacar o Município. Trazem aqui que o Município é representado por pessoas estranhas aos órgãos, porém esse tipo de coisas não interessam a ninguém. As pessoas interessam-se em melhorar as suas condições de vida.-----

O Partido Socialista da Figueira devia estar preocupado em oferecer condições de governabilidade. Para já não tem vereação, saem uns, entram outros, mais parece um jogo de futebol.-----

Depois, ameaçar sair de reuniões para deixar de haver quórum. É com isso que os deputados municipais do Partido Socialista deveriam estar preocupados. Isso é que é grave porque os senhores representam o maior partido português e o maior partido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 4 da Sessão Ordinária de 30-06-2023

da Cidade.-----
Agora, preocupados porque o Presidente da Câmara aparece em livros e em revistas, com fotografias de grande plano?! Até deviam estar orgulhosos de ter uma figura nacional, que foi Primeiro-Ministro, a inaugurar uma obra que até é vossa. Ainda bem que executaram a obra. O Presidente da Câmara nunca criticou essa obra em específico.-----

Preocupem-se é com coisas que interessem à Cidade."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Mafalda Reis Azevedo.

MAFALDA REIS AZEVEDO: "De facto, deputado municipal Gonçalo Andrade Oliveira, nós nunca pusemos em causa as condições de governabilidade. No órgão Câmara Municipal existe maioria, portanto, acho que está aqui um bocadinho trocado.-----

Depois, isto é um assunto importante sim, porque se concluirmos que eventualmente, eu repito eventualmente, existe uma promoção pessoal do Presidente da Câmara com fundos do Município, obviamente será preocupante, porque é feito com dinheiros públicos.-----

Aliás, não foi o único tema que eu abordei, mas enfim, ainda bem que o deputado municipal Gonçalo Andrade Oliveira só se focou nesse."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E DA INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira e de uma listagem dos processos contenciosos pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Desta vez, nós temos em falta neste documento, as atas de maio e de junho. Mas tenho de dizer: a informação complementar do Presidente da Câmara foi-me útil, porque, realmente, aqui estão vazados muitos assuntos tratados nessas quatro reuniões não refletidas no documento.-----

Na página um é referida a Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. O que vai acontecer a esta empresa, nomeadamente com as propostas que estão por aí, ainda algo escondidas, mas que existem, de Requalificação da Entrada da Cidade? A páginas três, no terceiro ou quarto parágrafo, fala-se do Areal da Praia.-----

As teimosias muito aceradas dificilmente dão bom resultado! Foi que o que aconteceu com o prolongamento do Molhe Norte, naqueles malfadados 400 metros, que deram o



resultado por todos nós conhecido.-----

A faixa de vegetação, na minha opinião, é perfeitamente compaginável com o usufruto da Praia, temos é de arranjar modo de a Praia estar mais perto das pessoas.-----

Não são as ervas, não são os catos, não são as florinhas Lilases, nem os passarinhos, nem tão pouco os coelhos que afastam as pessoas da Praia, o que as afasta são aqueles metros imensos de areia que a praia ganhou.-----

Portanto, é perfeitamente compaginável a faixa marítima com uma faixa em que seja respeitada a biodiversidade.-----

Mea culpa, mea culpa, devo ter andado muito distraída, o que não é meu apanágio, porque eu não me dei conta da realização daquela sessão no Centro de Artes e Espectáculos, sobre este assunto, e fiquei muito aborrecida de só ter dado conta à posteriori.-----

O Presidente da Câmara manifestou estar disponível, mas usou um tom um bocadinho agreste quando disse que escutava os cientistas, mas que não iria trabalhar sob as suas ordens.-----

A vegetação no areal da Praia urbana da Figueira é em tudo semelhante à do areal de Quiaios, esta acrescida de camarinheiras, o que é mais um motivo para ser preservada. Também têm alguma ideia de limpeza mecânica para a Praia de Quiaios? Por favor, não me digam!!!-----

Muita gente já se manifestou, gente muito reconhecida e eu trazia aqui um novo nome, que penso ainda não ter sido ouvido nesta matéria, o Professor Jorge Paiva, cujos créditos estão de tal modo firmados que não vale a pena dizer nada sobre o senhor.-----

No mesmo parágrafo é colocada a questão dos Nadadores-Salvadores. Permito-me lembrar aqui que o Partido Comunista Português já colocou esta questão na Carta Aberta que dirigiu ao Presidente da Câmara (como é aberta é para o conhecimento de todos os munícipes) e que continua à espera de resposta às questões nela colocadas.-----

Ainda, no mesmo parágrafo fala-se da piscina de água salgada que, tanto quanto percebi, transita de São Julião da Figueira da Foz para Buarcos.-----

Mas, eu ontem ao ler os jornais regionais fui confrontada com notícias que davam conta não de uma, mas de duas piscinas de água salgada, segundo informação do Presidente da Câmara na tal reunião a que eu, infelizmente, faltei.-----

Afinal, é uma ou são duas Piscinas de água salgada? Para quando a sua inauguração, porque, como dizia uma amiga minha, o Verão está no fim?-----



Por fim, dizer sem qualquer tipo de ironia, que foi com agrado que eu recebi a publicação referida pela deputada municipal, Mafalda Reis Azevedo, que está muito bem conseguida, tem aquelas pechas por ela mencionadas e que eu também subscrevo.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Esta questão da ditadura de tempo imposta pelo Partido Socialista, nomeadamente quando era poder, sabe-se bem porquê, leva-nos a ter de ser criativos para podermos falar mais um bocadinho.-----

Na página seis, a propósito da reunião do Conselho Municipal de Segurança, eu gostava de perguntar ao Presidente da Câmara sobre os Bombeiros Sapadores.-----

Como está esse processo? Vai ser revisto o Acordo Coletivo de Trabalho? Vão começar a ser pagas de novo as horas extraordinárias? Atento a que há uma greve a partir das 35 horas semanais às horas extraordinárias, vão ser contratados mais operacionais? Os operacionais estão a fazer horas a mais a que estão a ser obrigados? É justo isto, sem a devida remuneração?-----

Tem consciência que há casais como operacionais que lhes foi retirado 500 euros/mês? Tem consciência que estes homens e mulheres estão a procurar outros trabalhos para complementar o seu curto salário, com as consequências que daí advêm? Atento à época que se avizinha os munícipes e quem nos visita podem estar tranquilos? Teremos todos os meios para garantir a segurança das pessoas?-----

Passando à questão da orgânica dos Recursos Humanos. Senhor Presidente acha correto que os trabalhadores que estão a recibos verdes porque o Município não abriu o respetivo concurso, recebam seu salário a 12, 13, 14 e 15 do mês seguinte, quando todos os trabalhadores do Município recebem em 24 e 25 de cada mês? Quem tem de emitir recibos verdes, não tem as mesmas responsabilidades que os trabalhadores do Município, como, por exemplo, pagar renda de casa até ao dia 08? Muito lhe agradecia que olhasse para esta situação.-----

Para terminar tenho de falar do Bypass.-----

Ouvimos na sessão promovida pelo Município para a reflexão sobre o areal da Praia, um dirigente da Agência Portuguesa do Ambiente informar que a instalação do Bypass só seria para 2030. Isto é um desrespeito para com a Figueira Foz, uma falta de preocupação para com a erosão da costa Sul do rio Mondego!-----

Pelo que informo o Presidente da Câmara que pode contar com a colaboração do Partido Social Democrata para o que for necessário, com vista à implementação do Bypass o mais breve possível.-----

O grupo municipal do Partido Social Democrata está seriamente preocupado com as



peçoas e bens das localidades de São Pedro, Costa de Lavos e Leirosa.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTEs PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - REGULAMENTO DA TAXA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Pelo Presidente da Câmara foi proposto para apreciação e votação o Regulamento da Taxa Turística do Município da Figueira da Foz, o qual se dá aqui como integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata.-----

Acresce, ainda, que todo este processo foi precedido de consulta pública nos termos e para os efeitos do n.º 1 do art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua última redação, tendo sido apresentadas várias sugestões/contributos de alteração ao projeto, as quais, após análise e não obstante o reconhecimento do mérito das mesmas, não foram contempladas no documento final presente a esta Assembleia Municipal.----- Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 19 de maio de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Nos documentos facultados só encontramos um estudo dos benefícios que o Município terá. E o estudo do impacto desta medida junto dos operadores turísticos não importa?-----

A receita obtida serve para financiar tanta ação?! Basta ver o art.º 3.º do Regulamento!-----

Não seria melhor especificar que meios vão ser utilizados para verificar se os operadores estão, ou não, a aplicar a taxa? Vão ter acesso à faturação? Como vai ser efetuada a fiscalização e por quem?-----

Qual foi o critério/estudo que sustenta o valor a aplicar no número de dias e a diferenciação entre as épocas alta e baixa? E as autocaravanas plantadas por toda a cidade, ocupando dois lugares de estacionamento, deixando detritos, com vista mar, também vão pagar esta taxa?-----

Espero que o facto de o Município nada fazer em relação a este turismo, não seja o turismo que quer potenciar em prol daqueles que ficam nos hotéis e fazem refeições em restaurantes, ajudando a desenvolver a economia local?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Eu fiz o estudo comparativo possível com outras autarquias que cobram a taxa turística e há sítios onde ela é mais suave.-----



Depois, subscrevo em traços gerais o que disse aqui o senhor município sobre este assunto, porque é uma coisa diferente uma família ir-se alojar num hotel de 3 ou 4 estrelas do que procurar um alojamento local, por exemplo, que fica cada noite por metade desse valor.-----

A taxa é cega e não faz aqui nenhuma distinção entre quem tem maior ou menor capacidade de gastar dinheiro nas suas férias.-----

Ficou-me uma dúvida sobre o Parque de Campismo. O Parque de Campismo é entendido como um empreendimento turístico? Fiquei a achar que não, mas gostaria de qualquer maneira de colocar a minha pergunta.-----

Depois, há outros Municípios que não têm taxa turística e não é por falta de turismo. Por exemplo, Silves é a única autarquia no Algarve que não cobra taxa turística. Mas não precisamos de ir tão longe, por exemplo, Soure não cobra taxa turística, e não estou a comparar a Figueira da Foz nem com Soure nem com Silves. Entendo que o Município precisa de se autofinanciar, nomeadamente agora que aceitou uma série de transferências de competências e estas não vêm, certamente, cabal ou completamente acompanhadas do necessário envelope financeiro para ajudar por diante.-----

É nessa exigência junto do Poder Central que os Municípios têm de resolver os seus problemas financeiros e não junto do desgraçado do consumidor, neste caso consumidor de turismo, que é apanhado na curva e tem de se sujeitar a estas medidas!-----

Por todas estas razões, votarei contra.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Rui Pinto Ferreira, António Marques Antunes e Susana Oliveira Monteiro, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Gonçalo Raposeiro Faria e Ana Cláudia Tomé, e do Bloco de Esquerda, Pedro Miguel Jorge, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e art.º 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, todas na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e um votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, e do Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, sem abstenções, e quatro votos contra dos membros do



**Partido Social Democrata, Teotónio Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques, e Adélia Ramos Batata, e da Coligação Democrática Unitária, Silvina Anadio Queiroz, aprovar o Regulamento da Taxa Turística do Município da Figueira da Foz.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----**

MANUEL RASCÃO MARQUES apresentou a seguinte declaração de voto: "Considerando que:
- Entendemos ser necessário, é atrair mais turistas ao nosso Concelho;-----
- Não existir um verdadeiro estudo sobre o impacto desta taxa na economia do Concelho;-----
- Não haver estudo sobre a intensidade turística e da sazonalidade da procura;--
- A aplicação da receita obtida pode ser aplicada num vasto leque de ações, quando deveria ser mais específica a sua aplicação;-----
- Que nos termos da análise Custo/Benefício, é bem dito que «o principal benefício da implementação do Regulamento está relacionado com a receita gerada a favor do Município», in página 4;-----
- Que são aplicadas demasiadas taxas e impostos no nosso Concelho, cujo Município até apresenta saldo positivo nas suas contas;-----
- Que somos é a favor de políticas de incentivo ao investimento e criação de emprego e não políticas de criar mais encargos sem objetivos claros que não seja aumentar a receita do Município.-----
O nosso voto só poderia ser contra"-----

5.2 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO GRUPO MUNICIPAL DE 2022

Pelo Presidente da Câmara foram presentes os documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Municipal referentes ao ano de 2022, elaboradas nos termos do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, bem como na Instrução n.º 1/2019-PG, de 06 de março, e Resolução do Tribunal de Contas n.º 06/2022, de 05 de janeiro de 2023, e tendo como base o Manual de Consolidação aprovado pela Câmara Municipal em 11 de maio de 2022.-----

Estes documentos ficarão devidamente arquivados na Divisão de Finanças e Património/Serviço de Contabilidade, deste Município, e disponíveis, para consulta, quando para tal forem solicitados.-----

Estes documentos foram votados favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 16 de junho de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado



municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Rui Pinto Ferreira, António Marques Antunes e Susana Oliveira Monteiro, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Ana Cláudia Tomé, e do Bloco de Esquerda, Pedro Miguel Jorge, deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira e do Partido Social Democrata, vinte abstenções dos membros do Partido Socialista e da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas do n.º 2 art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e alínea 1), in fine, do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua última redação, aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Municipal, relativos ao ano de 2022.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.3 - REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

Pelo Presidente da Câmara foi proposto para apreciação e votação o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, o qual se dá aqui como integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dois à presente ata.-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 16 de junho de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Rui Pinto Ferreira, António Marques Antunes e Susana Oliveira Monteiro, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Ana Cláudia Tomé, e do Bloco de Esquerda, Pedro Miguel Jorge, sob proposta da Câmara e nos termos do disposto no art.º 6.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, na sua última redação, deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.4 - REGULAMENTO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Pelo Presidente da Câmara foi proposto para apreciação e votação o Regulamento Municipal de Proteção de Dados, o qual se dá aqui como integralmente reproduzido, constituindo o anexo número três à presente ata.-----

Acresce, ainda, que todo este processo foi precedido de consulta pública nos termos



e para os efeitos do n.º 1 do art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua última redação, não tendo sido recebidas quaisquer sugestões/contributos de alteração, mas os Serviços do Gabinete de Tecnologias da Informação e Comunicação do Município apresentaram algumas sugestões, que foram devidamente analisadas pelo Encarregado de Proteção de Dados do Município, após o que foi redigido o documento final.-----
Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 16 de junho de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Susana Oliveira Monteiro, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Ana Cláudia Tomé, e do Bloco de Esquerda, Pedro Miguel Jorge, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas da Lei n.º 58/2019, de 08 de Agosto, e da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, e Partido Social Democrata, uma abstenção do membro da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar o Regulamento Municipal de Proteção de Dados. Deliberação aprovada em minuta.-----

5.5 - 3.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA 2023

Pelo Presidente da Câmara foi presente para apreciação e aprovação a 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número quatro à presente ata.---
Esta revisão tem subjacente a inscrição das novas ações, nomeadamente, «Programa de Reabilitação de Habitações Municipais - 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, «Criação de Habitação a Custos Controlados (HCC) para Arrendamento Acessível, tendo por base o Protocolo de Cooperação entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana», cujas identificações das Rubricas e Ações de ambas foram apresentadas pelo Gabinete de Estratégia Local de Habitação, e «Condomínios de Aldeia», cujas rubricas não estavam contempladas em sede de Orçamento Municipal e foram solicitadas pelo Gabinete Técnico Florestal.-----



Esta 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023 foi votada favoravelmente na reunião de Câmara de 16 de junho de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Susana Oliveira Monteiro, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Ana Cláudia Tomé, e do Bloco de Esquerda, Pedro Miguel Jorge, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por unanimidade, aprovar a 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023, visando a inscrição das novas ações, nomeadamente, «Programa de Reabilitação de Habitações Municipais – 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, «Criação de Habitação a Custos Controlados (HCC) para Arrendamento Acessível, tendo por base o Protocolo de Cooperação entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana», cujas identificações das Rubricas e Ações de ambas foram apresentadas pelo Gabinete de Estratégia Local de Habitação, e «Condomínios de Aldeia», cujas rubricas não estavam contempladas em sede de Orçamento Municipal e foram solicitadas pelo Gabinete Técnico Florestal.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----**

NUNO MELO BISCAIA apresentou a seguinte declaração de voto: "Para o voto favorável do grupo municipal do Partido Socialista, em muito contribuiu a anuência do executivo à abertura de uma rubrica destinada a Habitação a Custos Controlados, reivindicação social essa, já por várias vezes, manifestada e defendida pelos respetivos Vereadores em sede de reunião de Câmara."-----

5.6 – 3.º ADITAMENTO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PARQUÍMETROS COLETIVOS NAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA NA CIDADE DA FIGUEIRA DA FOZ – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE JUNHO DE 2021 (PONTO 5.17)

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a retificação da deliberação da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2021, ponto 5.17, que aprovou a alteração ao Contrato de Concessão do Fornecimento, Instalação e Exploração de Parquímetros Coletivos nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada na Cidade da Figueira da Foz (reequilíbrio financeiro do Contrato, fiscalização das contraordenações previstas



no artigo 71.º do Código da Estrada, e alteração dos limites da Concessão), que se formalizará com a outorga do 3.º aditamento ao mesmo, em consequência das alterações aprovadas aos artigos 6.º e 7.º do Contrato.-----

No decurso da apreciação da documentação, constatou-se que a redação do n.º 1 do art.º 7.º (duração do contrato), aprovada pelos órgãos municipais em 2021, contempla a possibilidade existir uma prorrogação ao contrato de concessão por acordo das partes, que não é legalmente possível por violar os princípios consagrados no n.º 4 do art.º 1.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua redação atual.--- Assim propõe a retificação da já citada deliberação, passando o n.º 1 do art.º 7.º |Duração do Contrato a ter a seguinte redação: "1 - O presente contrato vigorará até 28 de fevereiro de 2026."-----

No demais mantém-se o aprovado na sessão da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2021, ponto 5.17.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 16 de junho de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Só para dizer que o Partido Social Democrata vai votar contra. Fomos contra a venda da participação da Câmara Municipal nesta empresa, continuamos a não aceitar a prorrogação de mais contrato com uma empresa que não está a exercer legalmente as suas funções.-----

Isto parece-me um absurdo autêntico!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Susana Oliveira Monteiro, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Ana Cláudia Tomé, e do Bloco de Esquerda, Pedro Miguel Jorge, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea p) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do art.º 174.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, ambos na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, e do Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, sem abstenções, e quatro votos contra dos membros do Partido Social Democrata, Teotónio



Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques e Adélia Ramos Batata, e do membro da Coligação Democrática Unitária, Silvina Anadio Queiroz, retificar a deliberação da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2021, ponto 5.17, apenas na parte que diz respeito à redação do n.º 1 do art.º 7.º |Duração do Contrato| do Contrato de Concessão, que passa a ser a seguinte: "1 - O presente contrato vigorará até 28 de fevereiro de 2026." -----

No demais, mantém-se o aprovado na sessão da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2021, ponto 5.17. -----

Deliberação aprovada em minuta. -----

5.7 - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023

Pelo Presidente da Câmara foi proposta uma alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, nele se criando um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Direito, um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Contabilidade e Auditoria, três Postos de trabalho de fiscal, dois postos de trabalho de Assistente Técnico na área administrativa, e quatro postos de trabalho de Assistente Operacional para limpeza de edifícios, todos em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado; dois postos de trabalho de Técnico Superior Arquiteto, e dois postos de trabalho de Assistente Técnico na área administrativa, todos em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo certo, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número cinco à presente ata. -----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 16 de junho de 2023. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Continuo a verificar uma altíssima taxa de pessoal superior, nomeadamente técnicos superiores, neste Mapa de 2023 e continuo também com uma interrogação: sendo estas necessidades permanentes, porque não a contratação de todos estes trabalhadores por tempo indeterminado?-----
Por essa razão irei abster-me." -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação. -----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Susana Oliveira Monteiro e Clarisse Silva Oliveira, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Ana Cláudia Tomé, e do Bloco de Esquerda, Pedro Miguel Jorge,



sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1, 2 e 4 do art.º 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, e Partido Social Democrata, uma abstenção do membro da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz do ano de 2023, nele se criando um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Direito, um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Contabilidade e Auditoria, três Postos de trabalho de fiscal, dois postos de trabalho de Assistente Técnico na área administrativa, e quatro postos de trabalho de Assistente Operacional para limpeza de edifícios, todos em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado; dois postos de trabalho de Técnico Superior Arquiteto, e dois postos de trabalho de Assistente Técnico na área administrativa, todos em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo certo.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

- 5.8 - CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS - REFEIÇÕES ESCOLARES, NO ÂMBITO DA GESTÃO DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES - ANO ESCOLAR 2023/2024 - PROPOSTA DE MANUTENÇÃO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS; PROPOSTA DE ALTERAÇÃO POR ADENDA DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DAS FREGUESIAS DE ALQUEIDÃO, BOM SUCESSO, PAIÃO E SÃO PEDRO; PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A FREGUESIA DE MOINHOS DA GÂNDARA

Pelo Presidente da Câmara foi proposta uma alteração por Adenda, aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do fornecimento de refeições escolares, no âmbito da Gestão de Refeitórios, outorgados com as Freguesias de Alqueidão, de Bom Sucesso, de Paião, e de São Pedro, para fornecimento de refeições escolares aos alunos da Escola Básica do 1.º Ciclo de Alqueidão, Escola Básica do 1.º Ciclo de Bom Sucesso, Escola Básica do 1.º Ciclo de Paião e Escola Básica do 1.º Ciclo da Gala, no que respeita ao fornecimento do lanche durante as interrupções letivas, bem como no período anterior ao início do ano letivo e após o final deste,



até ao dia 31 de julho, cuja minuta aqui se dá por integralmente reproduzida, constituindo o anexo número seis à presente ata.-----

Mais foi proposta a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do fornecimento de refeições escolares, no âmbito da Gestão de Refeitórios, com a Freguesia de Moinhos da Gândara, para fornecimento de refeições escolares aos alunos da Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, cuja minuta aqui se dá por integralmente reproduzida, constituindo o anexo número sete à presente ata.-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 16 de junho de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Susana Oliveira Monteiro, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Ana Cláudia Tomé, e do Bloco de Esquerda, Pedro Miguel Jorge, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas das alíneas j) e k) do n.º 1 do art.º 25.º e art.ºs 118.º, 120.º e 131.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, autorizar:-----

1 - A alteração, por Adenda, aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do fornecimento de refeições escolares, no âmbito da Gestão de Refeitórios, outorgados com as Freguesias de Alqueidão, de Bom Sucesso, de Paião, e de São Pedro, para fornecimento de refeições escolares aos alunos da Escola Básica do 1.º Ciclo de Alqueidão, Escola Básica do 1.º Ciclo de Bom Sucesso, Escola Básica do 1.º Ciclo de Paião e Escola Básica do 1.º Ciclo da Gala, no que respeita ao fornecimento do lanche durante as interrupções letivas, bem como no período anterior ao início do ano letivo e após o final deste, até ao dia 31 de julho;--

2 - A celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do fornecimento de refeições escolares, no âmbito da Gestão de Refeitórios, com a Freguesia de Moinhos da Gândara, para fornecimento de refeições escolares aos alunos da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

- 5.9 - LISTA DE JUÍZES SOCIAIS PARA AS CAUSAS DE MENORES DO TRIBUNAL DA COMARCA DA FIGUEIRA DA FOZ - JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES DA FIGUEIRA DA FOZ - BIÉNIO 2023-2025



Pelo Presidente da Câmara foi presente a lista nominal de Juizes Sociais propostos para as causas de menores do Tribunal da Comarca da Figueira da Foz – Juízo de Família e Menores da Figueira da Foz, para o biénio 2023-2025.-----

O regime de recrutamento dos Juizes Sociais está previsto no Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho. No caso da Figueira da Foz, estes juizes sociais intervirão em certas categorias de ações da competência dos tribunais de menores.-----

O processo é organizado pela Câmara Municipal e a lista de nomes é votada na Assembleia Municipal – cfr. art.ºs 33.º e 36.º do diploma invocado – sendo os juizes nomeados por despacho do Ministro da Justiça, publicado em Diário da República.-----

A nomeação é por um período de dois anos, com início em 01 de outubro.-----

Esta lista nominal foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 16 de junho de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Apenas um pedido de esclarecimento.-----

Nos anos anteriores, eram nomeadas pessoas de diversos organismos com diversas profissões. A informação que obtive é que esta lista é constituída toda por psicólogos. Isto é verdade? E se for verdade, porquê só psicólogos?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Brás, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA OLGA BRÁS: "Deputado municipal Manuel Rascão Marques, isso não corresponde à verdade.-----

Esta lista tinha muitos candidatos e por isso foi feita uma votação aleatória."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "E porque é que foram excluídos os que lá estavam e estavam dispostos a continuar?-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Brás, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA OLGA BRÁS: "Eles não foram excluídos. Como já disse foi uma escolha aleatória, com papéis com o nome de todos os candidatos, escolhendo-se de entre eles os trinta nomes dos efetivos e suplentes."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Quem votou isso? Quem foram os eleitores?-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Brás, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----



VEREADORA OLGA BRÁS: "Ninguém votou. A Chefe de Divisão de Educação e Assuntos Sociais e os técnicos dos Serviços é que conduziram esse processo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Ah! Foram os serviços. Já percebi. Muito obrigado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Ana Cláudia Tomé e Carlos Silva Margato, e do Bloco de Esquerda, Pedro Miguel Jorge, deliberou, por maioria, com trinta e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, e do Partido Social Democrata, duas abstenções do membro do Partido Socialista, Margarida Pinto Cunha, e da Coligação Democrática Unitária, Silvina Anadio Queiroz, e sem votos contra, sob proposta da Câmara e nos termos do art.º 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, aprovar a lista de Juizes Sociais para as causas de menores do Tribunal da Comarca da Figueira da Foz - Juízo de Família e Menores da Figueira da Foz, para o biénio 2023-2025, constituída pelos seguintes cidadãos:-----

- EFETIVOS (15):-----

1 - Nuno José de Almeida Morais;-----

2 - Marina Fernanda Simões Pereira da Costa;-----

3 - Joana Maria Morais Ratinho;-----

4 - Bruna Micaela Figueiredo Cardoso;-----

5 - Paula Cristina Anes de Figueiredo;-----

6 - Mariana Monteiro Alves;-----

7 - Cátia Francisca da Costa Figo;-----

8 - Maria Cristina Pereira Rocha Cabral;-----

9 - Marina Resende Gomes da Silva;-----

10 - Natália Sofia Henriques Antunes;-----

11 - Anabela Silva Félix Gomes;-----

12 - Sónia Marina Figueiredo da Fonseca;-----

13 - Inês Andrade Sousa;-----

14 - Dulcínia do Carmo Gonçalves Roque;-----

15 - Ana Filipa Costa Carvalho Martins.-----

- SUPLENTE (15):-----



- 1 - Maria da Conceição Cravo de Freitas; -----
- 2 - Mónica Ramalho Sopas; -----
- 3 - Luísa de Jesus Empis; -----
- 4 - Melissa Monteiro dos Santos; -----
- 5 - Cláudia Pedrosa Rolo; -----
- 6 - Solange Lima; -----
- 7 - Isabel Maria Baptista Simões Grazina; -----
- 8 - Mara Lisa Bento Pinto Ferreira; -----
- 9 - Rita Pais Limede; -----
- 10 - Sofia Isabel de Arriaga Costa Calado; -----
- 11 - Sofia Maria Pereira Sales Silvestre do Amaral; -----
- 12 - Joana Rocha Santos Furet; -----
- 13 - Blezi Daiana Menezes Santos; -----
- 14 - Carla Alexandra Oliveira Carreira; -----
- 15 - André Daniel Martins Silva Moreira. -----

Deliberação aprovada em minuta. -----

5.10 - NORMAS DE ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO MUNICIPAL DE ARQUITETURA ARQ.º

JOSÉ ISAIÁS CARDOSO - PARA CONHECIMENTO

Pelo Presidente da Câmara foi enviado para conhecimento desta Assembleia Municipal as «Normas de Atribuição do Prémio Municipal de Arquitetura Arq.º José Isaías Cardoso» e a indicação do valor pecuniário de 5.000,00 € a atribuir na primeira edição do referido prémio, no ano de 2024. -----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 05 de maio de 2023. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte. -----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Ana Cláudia Tomé, e do Bloco de Esquerda, Pedro Miguel Jorge, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea e) do n.º 2 do art.º 23.º e alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, tomou conhecimento das «Normas de Atribuição do Prémio Municipal de Arquitetura Arq.º José Isaías Cardoso» e da aprovação do valor pecuniário de 5.000,00 € (cinco mil euros) a atribuir na primeira edição do referido prémio, no ano de 2024. -----



5.11 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 15 DE DEZEMBRO DE 2022 - PARA CONHECIMENTO

Pelo Serviço de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 12 de junho de 2023, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2022, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número oito à presente ata.-----

Este processo foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 16 de junho de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à aprovação da ata em minuta.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Ana Cláudia Tomé, e do Bloco de Esquerda, Pedro Miguel Jorge, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua última redação, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Fico sempre preocupada quando alguém não está e eu não sei o motivo e não é para saber da vida das pessoas.-----

Mas enviei uma mensagem ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge e ele respondeu-me que estava de luto e tinha dito isso ao Presidente da Assembleia Municipal.-- Eu acho que esta Assembleia deve saber os motivos da ausência do deputado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Antes desta sessão começar eu disse a alguns líderes. Foi, efetivamente, uma falha minha não ter dito ao plenário.-----

O deputado municipal Pedro Miguel Jorge está de luto pelo falecimento da avó da sua esposa, segundo penso.-----

Agora, concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Grupo de Cidadãos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 4 da Sessão Ordinária de 30-06-2023

Eleitores Figueira a Primeira, Ana Cláudia Tomé, e do Bloco de Esquerda, Pedro Miguel Jorge, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezoito horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----